

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CONSÓRCIO PRO-FORMAR**

A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CONSTANTINA XAVIER FILHA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CONSÓRCIO PRÓ-FORMAR

Conselho Editorial:

Profa. Sandra Regina Geiss Lorensini - UFMT
Profa. Maria de Lourdes Bandeira De Lamonica Freire - UFMT
Profa. Jociane Rosa de Macedo Costa - UNEMAT
Prof. Regisnei Aparecido de Oliveira Silva - UNEMAT
Profa. Ordália Alves Almeida - UFMS
Prof. Antônio Lino Rodrigues de Sá - UFMS
Prof. Heber Eustáquio de Paula - UFOP
Profa. Elizabeth Antonini - UFOP
Profa. Cláudia Maria Ribeiro - UFLA
Profa. Ila Maria Silva de Souza - UFLA
Profa. Maria Lúcia Monteiro Guimarães - UFSJ
Profa. Marise Maria Santana da Rocha - UFSJ

Coordenação Editorial: EdUFMT

Capa: Sandra Nehme

Ilustração Capa: Cerâmica Antígua Indústria e Comércio Ltda.

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Gráfica e Editora Centro América Ltda.

Revisão: Germano Aleixo Filho

Ficha Catalográfica

X3c	Xavier Filha, Constantina. A Criança, a Família e a Instituição de Educação Infantil / Constantina Xavier Filha. __ Cuiabá: EdUFMT, 2007. 2.v.:il.color. Conteúdo: v.1. A Família: evolução e constituições históricas - v.2. Família, Criança e Instituição de Educação Infantil. Bibliografia: p. 62-64 CDU - 373.2
-----	--

Índice para Catálogo Sistemático

1. Educação
2. Educação Infantil

REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO:
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Centro de Educação Aberta e a Distância
Morro do Cruzeiro - Campus Universitário
35.400-000 - Ouro Preto - MG
www.cead.ufop.br
Tel.: (31) 3559-1448
Fax: (31) 3559-1454

CONSTANTINA XAVIER FILHA

A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Fascículo 1

Licenciatura em Pedagogia para Educação Infantil

Cuiabá, 2007



"A família de Janaína." Janaína, 6 anos.

"Família é quem criou a gente." Matheus, 6 anos.

Muito prazer em conhecer...



Muito prazer em conhecê-la ou conhecê-lo!

Sou **Constantina Xavier Filha**, mas também podem me chamar de **Tina Xavier**. Como podem observar meu próprio nome já revela um pouco de minha trajetória em relação a constituição de gênero.

Contando um pouco da minha história de família, antes de nascer, estava tudo programado para que se eu fosse um menino teria o nome de meu pai, Rodolfo. No entanto, nasce uma menina franzina. E aí? Qual o nome? "Rodolfa"? Esta proposta foi descartada especialmente pelas minhas duas irmãs mais velhas. Como ambas já haviam sido registradas com os nomes das avós, paterna e materna, Amabini e Maria Madalena, prática muito recorrente naquela época, o nome escolhido, então, foi o de minha mãe, Constantina. Por isso fui registrada tendo o "filha" como sobrenome, algo pouco comum para um bebê do sexo feminino.

E os tempos passaram... Fiz magistério, constitui-me educadora de crianças e adolescentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Pouco tempo depois, após me formar como pedagoga, atuei como Orientadora Educacional, professora do curso de Magistério e finalmente no Ensino Superior, nos cursos de formação docente.

Cursei especialização em Métodos e Técnicas do Ensino Superior e Psicopedagogia Escolar. Posteriormente mestrado em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP.

Atualmente sou professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, campus Campo Grande-MS, onde também atuo no programa de Pós-Graduação em Educação.

As minhas áreas de pesquisa referem-se aos estudos de Sexualidade, Gênero, Corpo e Educação; Identidade e Prática Docente. Atualmente também tenho me interessado pelas temáticas de Violência e Gênero, dentre elas a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Acima de tudo, sou educadora que acredita que podemos contribuir para a construção de novas masculinidades e feminilidades em nossas práticas cotidianas e pedagógicas, com respeito e admiração pelas múltiplas diferenças e nas próprias diferenças.

Um grande abraço!
tinaxav@terra.com.br



SUMÁRIO

Palavras Iniciais **8**

Capítulo I

“Família, família, papai, mamãe, titia...” – atribuição de sentidos e produção de diferenças **13**

1.1 Conceito(s) de família(s) - atribuição de sentidos e produção de diferenças **18**

1.2 Constituições históricas: o sentimento moderno de infância e mudanças familiares **25**

1.3 Configurações históricas da família no Brasil **30**

Para aprofundar o estudo do tema **34**

Sugestões de atividades **36**

Referências e bibliografias **37**

Capítulo II

A(s) família(s) brasileira(s) contemporânea(s): múltiplos olhares **39**

2.1 Novas configurações e novos conceitos de família(s) **43**

2.1.1 Dados sobre a(s) família(s) **47**

2.2 As famílias e as relações de gênero **49**

2.3 “Onde nem tudo são flores” – violências intrafamiliares **53**

Para aprofundar o estudo do tema **56**

Sugestões de atividades **60**

Referências e bibliografias **62**

Palavras Iniciais...

Estamos iniciando uma caminhada de estudo, reflexão e aprofundamento teórico-metodológicos sobre a temática da família. Por nos ser este tema muito próximo e “familiar”, os próprios conceitos e idéias do que consideramos ser “família” constituirão o objeto destas reflexões. Durante o percurso do estudo deste fascículo, que compreende a disciplina “A criança, a família e a instituição de Educação Infantil”, convido você, aluna ou aluno, ao exercício da reflexão e ao questionamento de verdades que foram historicamente construídas. Mais ainda: à desconstrução do que se considera “natural”, pondo em dúvida as certezas. Enfim, à possibilidade de virar pelo avesso muitas de nossas convicções.

O referencial teórico deste texto, que corresponde ao volume I e II, fundamenta-se nos estudos de Gênero, nos pressupostos dos estudos do filósofo francês Michel Foucault e de alguns preceitos do âmbito dos Estudos Culturais. O olhar que os pressupostos teóricos possibilitam visa questionar os discursos que produzimos e que nos produzem como sujeitos de múltiplas identidades. Somos sujeitos de identidade de gênero [feminino ou masculino]; de identidade sexual [homossexual, heterossexual ou bissexual]; de identidade étnica e cultural; de identidade profissional; de identidade religiosa, entre outras tantas. Considerar as várias possibilidades que nos constituem nos habilita a afirmar que não há como pensar a família no singular e, sim, no plural. Não se pode pensar a família sem questionar os vários discursos em que se apóiam seu modelo e a forma ideal de a conceber e viver. Não se pode estudar família sem buscar entender as relações de poder que ocorrem no seu interior. Não se pode estudar família se não buscarmos compreender os processos da diferença que nos faz sujeitos. Enfim, esse olhar instiga-nos a rever nossas convicções e a abrir a possibilidade para novas formas de ação, de conduta e a pensar a temática por vários ângulos.

A perspectiva teórica nos instiga a questionar também a linguagem. Dentre os aspectos de constante atenção do uso e da produção da linguagem, destacamos a utilização do “masculino padrão”. Historicamente, a ponto de constituir regra gramatical, ao se falar de modo geral do ser humano, o tratamento que prevalece é o masculino, no qual ficam embutidos indistintamente aspectos masculinos e femininos. A linguagem, assegura-nos Guacira Louro (1997), não apenas expressa relações, poderes, lugares; ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças. Nesse sentido, neste fascículo não será utilizada a linguagem sexista que oculta o feminino ao priorizar o “masculino genérico”. Priorizaremos a escrita dos dois gêneros, o feminino e o masculino. Num primeiro momento, esta leitura pode se tornar um pouco cansativa, pois foge à forma escrita habitual. No entanto, este é um hábito que poderá ser construído. Com certeza, com esta prática, especialmente as alunas se sentirão incluídas em todas as discussões. Nesta mesma perspectiva de entender e questionar a linguagem, utilizarei os termos “pai/mãe” para designar os membros da família [mesmo

para os casos em que não existam essas personagens, remetendo às pessoas que assumam essas funções]. Não se pode continuar afirmando que as instituições promovem “reunião de pais e mestres”, no masculino, quando, de fato, quem mais comparece são as mães, que se encarregam desta ação. E mais, também é fato que a grande maioria do grupo de professores é constituída de mulheres.

O fascículo está dividido em dois volumes. O primeiro apresenta-se com duas unidades. Na primeira, “Família, família, papai, mamãe, titia...” – atribuição de sentidos e produção de diferenças, iniciaremos nosso intento de refletir sobre nossas representações, ou atribuição de sentidos, da temática estudada. Esta, certamente, não é uma tarefa fácil! Vamos questionar nossas verdades e certezas e lançar-nos ao sabor da dúvida e da incerteza. Precisamos desse momento para inquirir nossos discursos, nossas representações e nossas formas de vivência na constituição de sujeitos, a partir da diferença e na diferença. Veremos como muitas das representações recorrentes, que chamaremos de hegemônicas, são construções discursivas de determinado tempo e espaço cultural e histórico, produzidas por relações de poder. Poderemos ver como estas certezas, construídas, precisam ser desconstruídas para que novas representações possam ser produzidas.

A segunda unidade, denominada “A(s) família(s) brasileira(s) contemporânea(s): múltiplos olhares”, propõe analisar os vários conceitos de família e as múltiplas formas de arranjos familiares existentes na sociedade contemporânea. A família é apresentada como espaço de afeto e também de disputa; local em que as relações de poder entre os gêneros [feminino e masculino] são construídas; espaço em que as identidades são constituídas. Também se configura como espaço de negligência e de violência de gênero. Esta unidade tem como objetivo refletir as várias possibilidades de ser família na atualidade. Tais dados e reflexões são de extrema importância para a profissional ou o profissional que atua, ou vai atuar, nas instituições de Educação Infantil, pois terá como base a família real, visando refletir sobre a construção dos valores a partir de suas próprias representações.

As unidades deste fascículo, nos dois volumes, apresentam temas independentes uns dos outros. No entanto, há interdependência entre as discussões das unidades. Você poderá, num primeiro momento, optar por estudá-las do fim para o começo, ou na ordem que desejar. A sugestão, contudo, é que numa segunda leitura, mais atenta, se siga a ordem do fascículo, do primeiro para o segundo volume, e que se utilizem dicionários para facilitar a compreensão de alguns conceitos. O tema tratado em cada unidade não se esgota na leitura dos textos. Ao final de cada unidade, você encontrará sugestões de aprofundamento que se tornam preponderantes para sua caminhada como estudante. No final de cada unidade, você encontrará as referências bibliográficas utilizadas, sugestão para aprofundamento.

Seu percurso de aprendizagem nesta disciplina poderá ser registrado num caderno que chamaremos de “Caderno de Registros”. Este documento mostra-se fértil para um tipo de estudo mais individualizado. Nele você poderá escrever tanto as atividades sugeridas nas reflexões iniciais e no final

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

de cada unidade, bem como as dificuldades, avanços, conflitos, dúvidas, entre outras questões, que expressam seu processo de aprendizagem no decorrer do estudo. O “Caderno de Registros” tem também a função de promover e praticar a auto-avaliação. Por isso, em meio a tantas possibilidades que você pode estabelecer como critérios para analisar e descrever seu processo de aprendizagem, não se esqueça de descrever seu desempenho como estudante, de relatar fatos que instigaram novos olhares sobre a temática estudada. Nem se esqueça de descrever práticas pedagógicas com as crianças inspiradas pelas discussões da disciplina [caso já atue na Educação Infantil]. Registre as dificuldades e as formas que encontrou para saná-las.

Cada unidade possui a mesma organização das demais. Inicia-se com uma pequena síntese introdutória. Em seguida, sugerem-se questionamentos para sua reflexão, momento, este, para remexer e desestabilizar verdades. Os conceitos trabalhados aparecem logo após. No final de cada unidade há indicações para aprofundamentos, com sugestões de filmes, sites¹ e livros. Estas etapas estarão indicadas pelos ícones abaixo:



Pensando sobre...

Este ícone propõe a reflexão inicial sobre a temática a ser estudada.

Antes da leitura do texto, procure pensar a respeito do tema a ser abordado em cada unidade. Sugere-se que escreva suas considerações no “Caderno de Registros” para, depois da leitura e dos estudos complementares, retornar às primeiras impressões e verificar os avanços evidenciados em seu percurso de aprendizagem.

¹As sugestões de sites e páginas da internet contidas nos fascículos compreendem os endereços que estavam disponíveis na data da escrita do texto, portanto podem surgir mudanças quando novas consultas forem feitas.

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Fascículo 1

10



Estudando e aprofundando
conceitos:

Este ícone
corresponde
ao início do

texto teórico sobre a temática de cada unidade. Propõe-se a leitura do texto com pausas para anotações no seu “Caderno de Registros”. Sugere-se que acompanhe a leitura com dicionário, para facilitar a compreensão de palavras das quais desconheça o significado.



Para aprofundar o estudo do tema:

Este ícone indica sugestões para aprofundamento do tema trabalhado na unidade. Divide-se

entre filmografia [dicas de filme], sites da internet, livros. Divide-se entre filmografia [dicas de filme], sites da internet, livros. Na última unidade, no volume II, há

indicações de material para o trabalho com a temática da família com as crianças.



Sugestões de atividades

Esse ícone aparecerá ao final de cada unidade e indica as sugestões de atividades que devem ser descritas em seu "Caderno de Registros".

Cara aluna e caro aluno, agora é com você! Espero que a leitura deste fascículo seja agradável e que os conceitos trabalhados estimulem sua reflexão e a busca por novas formas de ver, sentir, produzir sentidos sobre a temática da família e das relações entre infância, família e Educação Infantil. Um bom estudo!

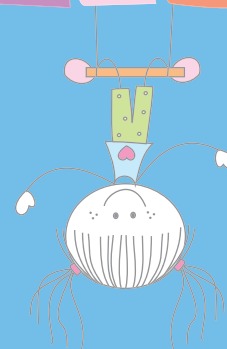
Caso isso ocorra opte por um site de busca (www.google.com.br, por exemplo), utilizando-se de palavras-chave, nomes dos/as autores/as, instituições ou títulos dos trabalhos sugeridos.

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

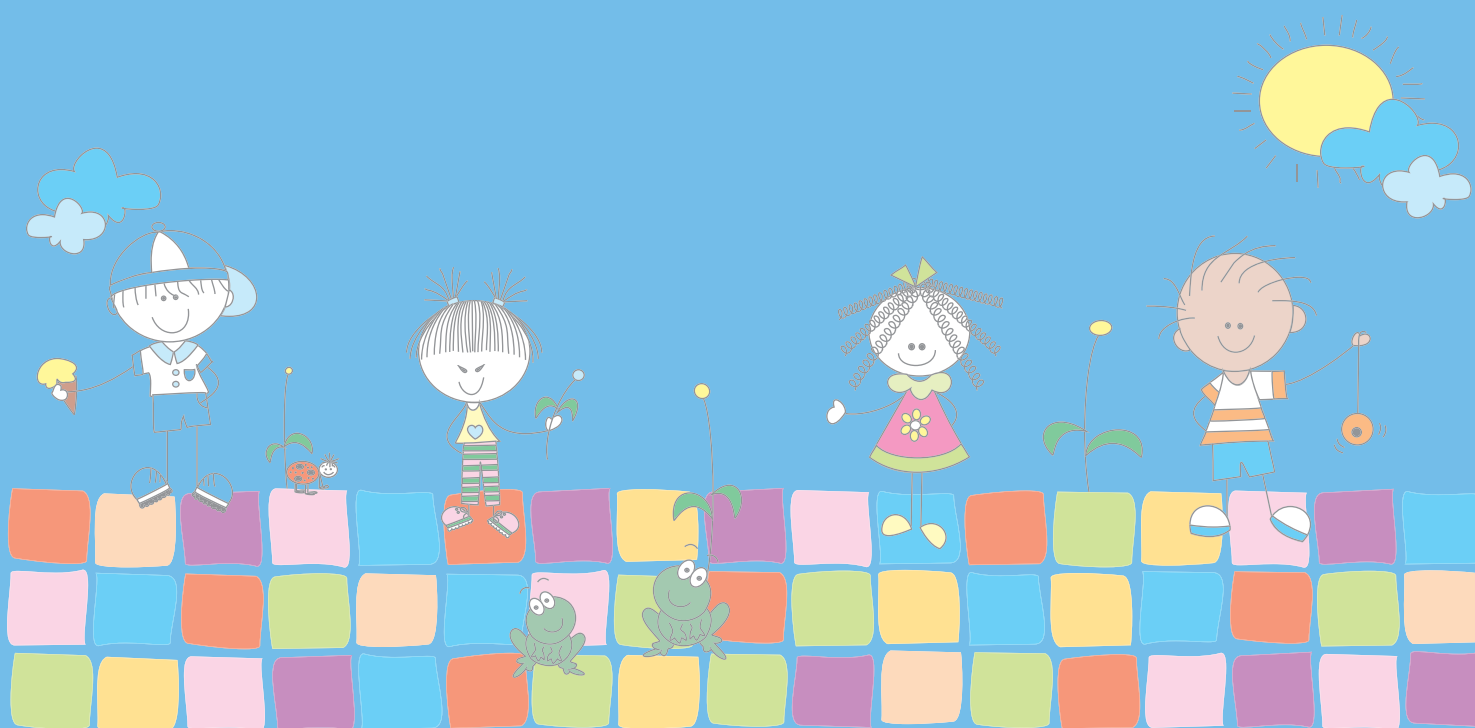
**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

12

CAPÍTULO II



"Família, família, papai, mamãe, titia..." – atribuição de sentidos e produção de diferenças





“Família, família, papai, mamãe, titia...” – atribuição de sentidos e produção de diferenças



Família

*Família, família,
Papai, mamãe, titia,
Família, família,
Almoça junto todo dia,
Nunca perde essa mania.
Mas quando a filha quer fugir de casa
Precisa descolar um ganha-pão
Filha de família se não casa,
Papai, mamãe, não dão nenhum tostão.
Família é
Família á.
Família.
Janta junto todo dia,
Nunca perde essa mania.
Mas quando o nenê fica doente
Procura uma farmácia de plantão
O choro do nenê é estridente
Assim não dá pra ver televisão.*

*Família é,
Família á,
Família
Cachorro, gato, galinha.
Família, família,
Vive junto todo dia,
Nunca perde essa mania.
A mãe morre de medo de barata
O pai vive com medo de ladrão.
Jogaram inseticida pela casa
Botaram um cadeado no portão.
Família é,
Família á,
Família.*

Música – Família (WEA, 1986 – Disco “Cabeça Dinossauro” – compositores Tony Bellotto e Arnaldo Antunes; Intérprete Grupo Titãs).

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

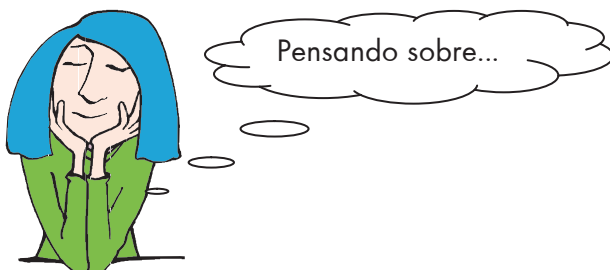
15

A letra da música “Família” apresenta características de uma instituição social tão próxima da maioria de nós. Na letra da canção, observam-se cenas cotidianas de convivência, de papéis que expressam elementos de conjugalidade e parentesco de uma configuração familiar definida, a da família nuclear convencionalmente composta por papai, mamãe, filha e filho e por alguns familiares próximos: tios, tias, avô e avó. Esta rede de relações, mediada por afetos e um tipo de moralidade, que há alguns séculos se configurou como a “família ideal”, é criticada pela música. As funções femininas e masculinas também passam pelo crivo da análise. A filha deve casar-se para constituir outra família. A mãe tem medo de barata; o pai, de ladrão. Nesses enunciados, notam-se elementos de constituição típica de gênero – masculino e feminino – formados ou construídos no decorrer dos últimos séculos. Mais especificamente, está clara a dicotomia entre o público e o privado. A mulher e o homem recebem indicativos sociais de como devem conduzir-se e se constituir como sujeitos de identidade de gênero. Cabe à mulher ser afetiva, receptiva, submissa, maternal, cuidar do lar etc.; ao homem, ser agressivo, autoritário, austero, provedor, dominar o “mundo público”, entre outros tantos predicados.

Os elementos constitutivos do cenário familiar, narrado pela letra da canção, farão parte de nossa análise ao longo do presente fascículo. Nesta unidade, privilegiar-se-á a discussão acerca das representações de família construída histórica, social e culturalmente. A construção do sentimento de infância e as mudanças ocorridas na família também serão alvo de discussão para observar que tais idéias e conceitos são construídos, e não dados “naturalmente”. Finalmente, discutiremos alguns elementos da constituição histórica da família no Brasil. Vale destacar que não se pretende descobrir a “verdade” a respeito da família, mas observar que efeitos algumas dessas representações produzem sobre os sujeitos e suas práticas, incluindo as práticas pedagógicas.

A unidade se divide nos seguintes tópicos:

- 1.1 conceito(s) de família(s) - atribuição de sentidos e produção de diferenças;
- 1.2 constituições históricas: o sentimento moderno de infância e mudanças familiares;
- 1.3 configurações históricas de família no Brasil.



Antes de iniciarmos a discussão teórica, objeto desta unidade, gostaria que você, aluna ou aluno, definisse o que é família. Pense numa imagem que a compõe. Quais são as pessoas? Quantas são? Quem é considerado/a “chefe”? Como vivem? Onde vivem? O casamento é um sistema de aliança que permite esta união? Como as pessoas organizam suas funções dentro da família?*

Se déssemos esta mesma sugestão a outras tantas pessoas, teríamos, possivelmente, inúmeras composições e arranjos familiares. Isto nos habilita a dizer que não há como pensar no tema família de forma singular, e sim plural. Em vez de família, diremos “famílias”, dada a multiplicidade de arranjos e organizações e, conseqüentemente, de representações, idéias e conceitos de vivências familiares consideradas possíveis nas mais diversas constituições. Nessa mesma linha de pensamento, sugiro outra indagação. Pense em várias possibilidades de arranjos familiares que conhece ou de que ouviu falar. Lembre-se das várias famílias das crianças com as quais atua profissionalmente [ou que irá atuar]. Como são? Novamente deparamos com uma diversidade de conjuntos e suas mais variadas formas de constituição. É sobre essas várias possibilidades de constituição familiar e de representação que passaremos a refletir nesta unidade.

*Sugiro que você, antes de continuar a leitura, escreva todas essas reflexões no seu “Caderno de Registros”. Se tiver dificuldade, faça primeiro um desenho de uma família (como se estivesse desenhando uma fotografia de família), para depois descrevê-la.



Estudando e aprofundando
conceitos:

1.1 Conceito(s) de família(s) - atribuição de sentidos e produção de diferenças

Ao produzir um discurso do que considera conceito de família, qualquer pessoa estará atribuindo a este objeto um sistema de significação. Este significado é cultural e socialmente atribuído. O conceito de representação aqui adotado não se refere a uma representação mental ou a alguma interioridade psicológica. Concebe-se representação como sistema de significados, atribuição de sentidos, que também pode ser pensada como inscrição, marca, traço, significação, face material, visível, palpável do conhecimento (SILVA, 2003b). Louro (1997), referindo-se ao conceito de representação, ressalta que ele constitui uma forma cultural de referência, um modo de mostrar ou nomear um objeto, um grupo ou um sujeito. As representações de família, por exemplo, dizem algo sobre essa instituição, sobre os sujeitos que a compõem, delineiam seus contornos, caracterizam suas práticas, afirmam se um sujeito pode ou não ser identificado como pertencente àquele grupo. Louro pondera ainda que, como formas culturais de nos referirmos aos sujeitos (e a nós mesmos), “as representações nos dão sentido e certamente se transformam e se distinguem – histórica e socialmente” (1997, p. 99). A representação é, então, um sistema de significação fundamentalmente social. Os sentidos que atribuímos a qualquer “coisa” não são fixos e também não possuem uma essência.

A família, como qualquer “objeto”, foi e é objeto de representações. No decorrer dos últimos séculos, ela tornou-se alvo de discussões, produções teóricas, discursos que lhe dão características, valores, expressão. Essas representações, porém, não são meras descrições de família; fundamentalmente, constituem ou constroem realidades, à medida que produzem efeito sobre os sujeitos. As representações são produzidas por discursos dentro de limites culturais em dada sociedade e em determinada época histórica. Por isso mesmo, são permeadas de relações de poder por não serem meramente expressivas, mas pelo caráter produtor e constituidor de subjetividades e identidades. O que se deve questionar em relação à produção de representações, tal como propõem Giroux e MacLaren (2004), são as relações de poder que as constituem. Os autores ressaltam que devemos questioná-las. Sugerem algumas indagações: a que interesses servem as representações? Dentro de um dado conjunto de representações, quem fala, para quem, e sob que condições? Pensando em nosso objeto de análise, a família, podemos indagar: que elementos constituem nossas representações como conceitos de verdade sobre família? Como estas representações definem determinado modelo que permitirá a categorização dos indivíduos? Como os discursos sobre família a colocaram como “objeto” ou “sujeito” da representação? Para o aprofundamento destas questões, dois

conceitos passam a ser basilares para a nossa discussão: o de poder e o de discurso.

A idéia de família ideal pode ser representada de várias maneiras. Uma das mais comuns é a composta por pai, mãe e um casal de filhos/as, a típica família nuclear. O que nos parece pertinente ressaltar é que esta representação é (e foi) um produto social e cultural. Os indicativos de idealização desta família são facilmente encontrados em propagandas e outros artefatos culturais construídos socialmente. Medina (2002) enfatiza que os meios de comunicação social, mediante os anúncios publicitários, não vendem somente produtos, mas, sobretudo, representações. As imagens de família, em sua maioria, mostram um casal composto por homem e mulher e poucos filhos, certamente dois (um menino e uma menina). Esporadicamente, aparece uma pessoa mais idosa, como a avó e o avô. É este o modelo de família presente em inúmeros discursos sociais. Este modelo aflora também em outros artefatos culturais, como brinquedos infantis e livros para o público infanto-juvenil. As imagens de família veiculadas e produzidas expressam a representação dominante, ou hegemônica de uma dada sociedade. A idéia que se transmite é que a família “nuclear” é a correta, a “normal”, a desejável. As pessoas, por sua vez, acatam, adaptam, subvertem tais representações. É neste sentido que se observa o caráter produtivo das relações de poder. Esta mesma representação dominante, contudo, coexiste com outras, como as de pai ou mãe com filhos/as, as chamadas de monoparentais, as famílias extensas etc. No entanto, o que serve de parâmetro é o que é descrito como “família ideal”. A família que não segue tais modelos é considerada “desestruturada”, por se afastar do que se convencionou histórica e culturalmente como a “correta” ou a “normal”. As outras configurações familiares serão definidas com base nessa referência. Ao classificar os tipos de família e os sujeitos que a compõem, a sociedade rotula, distingue, discrimina e estabelece divisões.

As relações de poder fixam determinada configuração familiar como a norma; a partir daí classifica, elege arbitrariamente como parâmetro uma determinada formação familiar. Os outros sujeitos e composições familiares terão de seguir as normas descritas como modelo. Silva (2003a) observa que normalizar significa eleger arbitrariamente uma característica, ou identidade, como o parâmetro em relação ao qual as outras famílias e/ou identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa representação, adotada como modelo, todas as características positivas e possíveis, considerando-a normal, natural, desejável. As outras configurações familiares passam a ser descritas como anormais, indesejáveis, incompletas, vítimas de toda a sorte de discursos que a condenam, a desprezam e a qualificam como a que não é totalmente correta. O poder, na perspectiva do filósofo Michel Foucault (1995, 1997), é entendido como prática social. Diferentemente de indicar soberania, monopólio de alguns, o poder está em toda a parte e em vez de posse indica relação. Em vez de reprimir, o poder produz: “ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 1977).

Explicando mais detidamente o conceito de poder aqui descrito,

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

voltemos à questão da representação de família. Não resta dúvida que, além da representação considerada hegemônica ou socialmente preponderante, coexistem outras representações de família. As representações são múltiplas e muitas vezes opostas. Elas estão estreitamente vinculadas a relações de poder, são produzidas social e culturalmente, portanto não são fruto de algo predeterminado ou da natureza do objeto. A definição do que seja família, por exemplo, está sujeita a vetores de forças, a relações de poder. Alguns discursos passam a ser historicamente “naturalizados”, porque são revestidos de poder e por isso valem por “verdades” inquestionáveis, produzindo situações e condutas condizentes com o que falam. É neste aspecto que tais discursos, como o que se diz sobre família, por exemplo, além de produzirem efeito sobre o que falam, produzem efeito sobre as condutas dos sujeitos e de suas identidades. Os sujeitos passam a se constituir a partir desses discursos e de um processo dinâmico, que não ocorre de maneira mecânica, mas mediante negociações, conflitos, aceitação, rejeição.

Silva (2003a) explica como a força da representação atua nas relações das pessoas com o que é considerado “diferente”. O regime dominante de representação produz a identidade dominante que passa a ser a norma que regula todas as outras identidades. Por serem denominados como norma, não precisam nem mesmo ser nominadas. Os outros é que serão considerados marcados por esta identidade. A outra identidade, considerada subordinada, é que será vista como o problema, como o exótico, como o que precisa ser mudado. Este conceito é pertinente para pensar nas famílias consideradas “exóticas” ou “problemáticas”, como muitas pessoas as definem. As famílias formadas por casais homossexuais (mulher com mulher; homem com homem), por exemplo, podem ser analisadas como “aberrações” porque são marcadas pela representação dominante da família heterossexual (mulher e homem). O modelo ou a norma expressa em representações hegemônicas acaba por marcar qualquer outro tipo de família. Quando estas não estão dentro da norma, acabam rotuladas como desviantes, porque historicamente prevalece a noção de que a família ideal é a heterossexual, constituída pelo casamento. Veremos, ainda neste texto, que esta representação de família também foi construída no decorrer dos últimos séculos.

Outro conceito que merece destaque para esta análise é o de discurso. O conceito aqui adotado encontra-se particularmente fundamentado nos livros “A ordem do discurso” (2003) e “Arqueologia do saber” (2002), de Michel Foucault. O discurso não é pensado a partir da perspectiva lingüística, “como conjunto de signos, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2002, p. 56). O discurso constitui-se de um “conjunto de enunciados” que produz função enunciativa. Os discursos obedecem a regras, nem sempre inteiramente perceptíveis, especialmente porque são práticas, e não conjuntos de signos e palavras que simplesmente estabelecem formas de comunicação. O discurso, nesta perspectiva teórica, deve ser analisado visando revelar que o falar é fazer alguma coisa. O discurso também precisa ser questionado para observarmos aquilo que o falar quer dizer, quem pode falar, quando e onde se pronunciar. Especialmente, que efeitos esse discurso pode produzir na

conduta e nas identidades dos sujeitos.

Quando se fala sobre família ideal e a forma verdadeira de a constituir, esse discurso não é nem um pouco inocente e neutro. Ele possui elementos que podem ser questionados. Um deles: por que se tornou predominante e hegemônico em determinada sociedade? Como já vimos afirmando, tais discursos sobre “família ideal” acabam por servir de parâmetro e modelo. Esses discursos, contudo, não fazem parte da “essência” das pessoas ou das famílias, mas são construções socioculturais que são aceitas, rejeitadas, negadas... enfim, estão constantemente presentes em nossas condutas como sujeitos, mulheres ou homens, profissionais, oriundos de uma família de tal forma ou de outra totalmente diferente.

Louro (2000) ressalta que a produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Os sujeitos, por sua vez, participam de seu próprio processo de constituição das mais variadas formas, não atuando como meros receptores, mas como participantes ativos na construção de suas identidades.

A temática da família também nos remete à outra questão, que é a forma com a qual lidamos com a diferença e a incorporamos. Convivemos com famílias das mais variadas composições: famílias em processo de separação; famílias monoparentais (compostas por mãe e filhos/as ou pai e filhos/as); famílias extensas (compostas pelo casal, familiares distantes e agregados); famílias constituídas por casal homossexual (homem-homem; mulher-mulher); famílias constituídas com filhas e filhos adotivos/as; famílias constituídas por mães e pais separados/as, que trazem para a nova relação filhas e filhos de outros casamentos [quando há filhos/as desta relação, produz-se a presença do meio-irmão/a]; famílias constituídas mediante novas técnicas de reprodução (que tornam tecnicamente possível a criança ter um total de cinco pais – três tipos de mãe [a genética, a gestacional e a de criação] e dois pais [o da genética e o de criação]; família intacta [que não sofreu separação]; enfim, tantas outras possibilidades de configuração familiar existentes na atualidade. Além de repensar e questionar o conceito de representação que se produz socialmente, que acaba por demarcar um tipo, modelo ou norma de família idealizada, parece fértil estudar o conceito de diferença e sua função na desconstrução destes conceitos. A questão da diferença nos remete também a práticas sociais e à própria construção dos sujeitos em suas múltiplas identidades, entre elas a de gênero (masculino e feminino), a sexual (homossexual; heterossexual; bissexual), a étnica e a religiosa.

A convivência com a diferença nem sempre ocorre da mesma maneira nas várias condutas dos sujeitos sociais. Tomaz Tadeu da Silva (2003a) analisa as várias estratégias com as quais as pessoas “lidam” com a diferença. O que se processa nestas ações, na maioria das vezes, é que a diferença aparece como algo a ser tolerado. O reconhecimento do outro, daquela ou daquele que não partilha dos atributos que possuímos, é feito com base no lugar que o sujeito ocupa. As sociedades demarcam as fronteiras entre aqueles que representam a norma e os que ficam à sua

margem. São esses outros que precisam mudar para se adequar à norma vigente. Observa-se que a diferença também é algo construído socialmente; ela não é simplesmente definida, mas, na maioria das vezes, é imposta socialmente. Segundo Silva, a afirmação da identidade (do que sou) e a demarcação da diferença (o que não sou) ocorre por vários mecanismos, entre eles o de incluir e excluir, demarcar fronteiras, classificar e normalizar (“eu sou normal, tenho uma família normal”; “ele é anormal, tem uma família anormal, desestruturada”). Torna-se premente questionar os binarismos em torno dos quais esses discursos e representações se organizam. As oposições binárias são formas de classificação em torno de duas classes polarizadas (bom/mau; homem/mulher; doente/saudável). Em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado positivamente, enquanto o outro recebe os encargos negativos. Vale ressaltar que estas separações muitas vezes são fundamentadas em preceitos científicos que demarcam a idéia de essência, como um dado natural. O que se veicula aqui, mediante os conceitos já descritos, é que esses conceitos são construídos em determinadas sociedades. Até mesmo o que vem a ser “natural”, “biológico”, sofre as influências das produções discursivas da sociedade.

Há várias formas possíveis de convivência e constituição da diferença. Silva (2003a), como já vimos afirmando, aponta algumas das que se tornaram basilares para sintetizarmos as produções discursivas que dão sentido às representações de família. Uma das estratégias, criticadas pelo autor, é a do cultivo dos “bons sentimentos” e da “boa vontade” para com a diferença. Nesta perspectiva, as pessoas podem até mesmo entender e tolerar as diferenças de constituição familiar, aceitar que, na atualidade, há inúmeras formas de constituição. A perspectiva que se adota como parâmetro, no entanto, é sempre a família nuclear composta por pai, mãe e filhos/as. Produzem-se, segundo o autor, novas dicotomias, como as hierarquizações e a idéia de que um é benevolente em relação ao outro.

Há também a estratégia que visa analisar a diferença, tentando conceituá-la como desvio, problema social e/ou psicológico. Poderíamos pensar, no tocante à temática da família, que há discursos de muitas pessoas que aceitam outras configurações familiares diferentes das deles, no entanto, ressaltam que as outras configurações familiares podem ser prejudiciais a seus membros, especialmente às crianças, podendo causar-lhes problemas psicológicos. Esta generalização, aparentemente infundada, torna-se preponderante e fundamenta as representações que se têm da diferença como algo a ser “tratado”. Afirmações como “instabilidade dos casais” ou “toda criança de pai e mãe separados terá problemas escolares” são exemplos deste tipo de atuação diante das diferenças de constituição familiar.

Mello (1995) analisa alguns discursos recorrentes diante das diferentes configurações familiares. Segundo a autora, uma afirmação comum na literatura especializada é que as populações migrantes e, de modo amplo, as das camadas mais empobrecidas da população urbana, que na maioria se concentram em bairros populares da periferia ou nas favelas e cortiços, padecem de desorganização e instabilidade nas relações parentais e conjugais. Segundo esse raciocínio, haveria, então, uma família

organizada, padrão de ordem e harmonia. O modelo, ou a forma de lidar com as diferenças não só em relação aos arranjos familiares mas também às questões de classe, é o da família nuclear, monogâmica, composta de mãe, pai e filhos/as. Mello afirma que as representações em torno desta família como a verdadeira acabam por idealizá-la. Vejamos um discurso que expressa a representação de família ideal:

O pai provê, com seu trabalho, todas as necessidades da família; a mãe, carinhosa e infatigável, toma conta da casa e da educação das crianças. Tanto o pai como a mãe encontram profunda satisfação em seu trabalho e digna recompensa econômica, proporcionando um clima de estabilidade e harmonia para o crescimento das crianças. Estas brincam e estudam, são alegres e despreocupadas. O caráter marcante desse modelo é o seu isolamento e a ausência de conflitos, quer internos, quer externos. (...) A existência dos modelos normativos não mereceria maior consideração, se estes não fossem tomados como padrões a partir dos quais são medidos os desvios. (MELLO, 1995, p. 56)

A família idealizada é aquela com determinada estrutura de funcionamento, sem conflitos, dificuldades, e com papéis definidos. Embora esteja longe de representar a maioria das vivências familiares, ela persiste como a ideal. As outras, as diferentes, é que serão marcadas em base a este critério de representação. Serão rotuladas, estigmatizadas, por não apresentarem os elementos descritos neste tipo de representação.

Outra estratégia para lidar e/ou conviver com a diferença, no tocante à família, é a opção por manter distância ou relações superficiais com a considerada "diferente", ou mesmo negar a possibilidade de outras configurações. Um dos efeitos dessa estratégia é carimbar a composição dita diferente, sob a rubrica do curioso e do exótico. Esta perspectiva também instiga a invisibilidade de algumas configurações familiares. Uma das composições familiares que provocam estes sentimentos é, possivelmente, a dos casais homossexuais (compostas por pessoas do mesmo sexo). Em muitos casos, esse tipo de família é considerado curioso ou exótico; em outros, é considerado inadequado, anormal, indesejável, e é, em geral, vítima de toda a sorte de preconceitos que o desqualificam. A pergunta crucial que se faz é: em que lugar nos colocando para classificar como abjeto este tipo de organização familiar? Em base a que discursos? O que consideramos como a família desejável e correta? A dificuldade de aceitação da família composta por casal homossexual, além de reafirmar o primado da família nuclear como modelo, privilegia a heterossexualidade como "normal", "natural", e reforça a idéia de que qualquer outro tipo de constituição familiar é considerado anormal.

Silva diz que todos os discursos considerados como "verdade" precisam ser questionados. "Antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida" (2003a, p. 100). Os discursos não têm elementos naturais ou de essência, mas são produzidos pela sociedade; por isso podem e devem ser questionados.

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1



Guacira Louro analisa a questão que reforça e produz discursos e, estes, por sua vez, produzem representações.

Distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. (LOURO, 2000, p. 67)

A longa citação da autora acerca da constituição das representações, alvo de nossas discussões até agora, é instigante. As representações são formas de significação, e atribuição de sentido. Essas significações não são intrínsecas ao objeto, mas construções sociais e culturais produzidas em determinada sociedade pelas mais diversas instituições sociais, entre elas a própria ciência e os meios de comunicação. Para que tais representações possam ser impostas como a “verdade”, os significados que atribuem e os efeitos que produzem são atravessados por relações de poder. Estes mecanismos operam com bastante ênfase no campo das construções das identidades e da temática que vimos realizando: as representações de família(s).

Os conceitos aqui trabalhados nos conduzem a refletir sobre os discursos e as produções das representações de família que foram adotados como conceitos de verdade no decorrer dos anos. Devemos desconfiar do que é e foi considerado “a verdade”, observando especificamente os elementos que compõem estes discursos. O que eles querem dizer? Quais os enunciados que utilizam? Que efeitos causam na vida dos sujeitos sociais? Como nos posicionamos nesse jogo de práticas discursivas? O que construímos como “verdade” sobre as nossas condutas e sobre o que consideramos idealização de família? Como podemos (e devemos) repensar tais representações? Como essas representações afetam nossa convivência com a diferença nas atitudes cotidianas e na vivência com as crianças no exercício da profissão de educadoras e educadores da infância?

Se todos esses discursos são fruto de construções sociais, de imposição e demarcação do que a sociedade em que vivemos considera certo, restam-nos algumas possibilidades de resistência. Ao refletirmos sobre esses aspectos, podemos repensar a construção e, talvez, desarranjá-la para construir outras, reinventar na diferença novas possibilidades de ser e de constituir. Este parece ser o grande desafio. Como educadoras e educadores de crianças, devemos repensar as representações que temos de família, as formas com que as construímos. O exercício de pensar e refletir sobre esses discursos nos impulsionará a pensar tais conceitos como plurais, múltiplos,



como verdades contestáveis. As reflexões nos devem propiciar um olhar, mais atento, em nossas práticas cotidianas com crianças e suas famílias, devem levar-nos a ver a diferença não como a falta ou como algo a ser mudado, mas como algo que também nos constitui.

1.2 Constituições históricas: o sentimento moderno de infância e mudanças familiares

Como a representação de família – nuclear, monogâmica, restrita, com poucos membros, especialmente composta pelo casal e filhos/as – veio a se constituir como o modelo? Ou melhor, como a família nuclear burguesa passou a se configurar como a ideal? Esta composição sempre existiu? Houve outras formas de arranjos familiares aceitos como “verdadeiros” em outras épocas? Estas perguntas fundamentam esta parte do texto. Para isso, faremos uma digressão sobre a história de alguns aspectos relativos à constituição da família, articulando-os com a construção do sentimento moderno de infância.

Antes de iniciarmos as questões teóricas, sugiro a leitura, abaixo, da poesia de Manoel de Barros sobre suas memórias de infância:

Eu tenho um ermo enorme dentro do olho.
Por motivo do ermo não fui um menino peralta.
Agora tenho saudade do que não fui.
Acho que o que faço agora é o que não pude fazer na infância.
Faço outro tipo de peraltagem.
Quando era criança eu deveria pular muro do vizinho para catar goiaba.
Mas não havia vizinho.
Em vez de peraltagem eu fazia solidão.
Brincava de fingir que pedra era lagarto.
Que lata era navio.
Que sabugo era um serzinho mal resolvido e igual a um filhote de gafanhoto.
Cresci brincando no chão, entre formigas.
De uma infância livre e sem comparamentos.
Eu tinha mais comunhão com as coisas do que comparação.
Porque se a gente fala a partir de ser criança,
a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha,
de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore.
Então eu trago das minhas raízes cranceiras a visão comungante e oblíqua das coisas.
Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina.
É um paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor.
Eu tenho que essa visão oblíqua vem de eu ter sido criança
em algum lugar perdido onde havia transfusão da natureza e comunhão com ela.
Era o menino e os bichinhos.
Era o menino e o sol.
O menino e o rio.
Era o menino e as árvores.
Manoel de Barros
Memórias inventadas. A infância. São Paulo: Planeta, 2003.

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1

Manoel de Barros, ao relatar a sua infância, expressa um sentimento nostálgico de suas raízes crianceiras. Observa-se, em sua poesia, a memória em ação, a vida no campo, a comunhão entre menino e natureza, a saudade de um tempo que não volta mais. Esta poesia nos remete a um sentimento de infância que extrapola a história pessoal do poeta, para evidenciar elementos de uma coletividade, especialmente de quem viveu uma infância em ambiente rural. A infância relatada pelo poeta não é a mesma vivida nos dias de hoje por muitas crianças, especialmente pelas que vivem nas áreas urbanas das grandes metrópoles. Outro aspecto a evidenciar na poesia é de que um adulto, no caso o próprio Manoel de Barros, ressignifica sua infância pelo trabalho da memória. O sentimento de infância que ele vai buscar, além de expressar aspectos pessoais, como já se expôs, recupera elementos de discursos acerca do sentimento de infância. Nem sempre, porém, esse sentimento teve elementos comuns com os da atualidade. Tanto o sentimento quanto a prática discursiva foram produzidos historicamente, cultural e socialmente. Veremos, adiante, como podemos entender essa construção discursiva em relação à infância e à família.

Falar de infância ou compreendê-la não é tarefa das mais fáceis. Estudos como o de Kulmann Jr. e Fernandes (2004) mostram que há pelo menos duas formas de analisá-la: sob a perspectiva do adulto e da própria criança. Neste fascículo não aprofundaremos a questão propriamente da infância. O que nos interessa, neste momento, é observar as representações produzidas social e culturalmente em torno da infância, e como delas nascem outras formas de relação, particularmente as familiares. Para falarmos em infância, também temos de pluralizá-la. Há várias infâncias e formas diversas de vivenciá-la. No entanto, vários estudos mostram que nem sempre a infância foi vista e significada desta forma, especialmente com as configurações que temos hoje em dia. Esta visão de infância, ou o sentimento moderno de infância, também é algo construído ao longo de séculos. A representação ainda hegemônica da infância – como período de inocência, pureza, de transição para algo que ainda não é, mas que virá a ser – não é nem intrínseca nem essencial a esta fase da vida. Os discursos também são e foram construídos. Faz-se necessário observá-los e compreendê-los de outras perspectivas para produzir novas formas de pensá-los.

O sentimento moderno de infância tem relações estreitas com a constituição moderna de família. É o que passaremos a analisar a seguir. Este conceito de infância tomou forma em consonância com as várias mudanças da sociedade, principalmente a européia, a partir da Idade Moderna (por volta do século XV ao XVIII). A representação de infância e, conseqüentemente, de um sentimento diferenciado para esta fase da vida, está articulada com outros fatores sociais, dentre eles a organização de agrupamentos familiares mais restritos, como o da família nuclear burguesa, que substituiu as outras configurações familiares de linhagem ou de comunidade. O processo de individuação, a emergente industrialização, a delimitação entre práticas públicas e práticas privadas, o desenvolvimento de uma arquitetura voltada ao recolhimento e à introspecção (PEREIRA, 2004), entre outros aspectos, contribuíram para as mudanças nas configurações familiares e nas maneiras pelas quais elas se constituíram em relação às suas

crianças.

Um dos estudiosos da história da infância e da família a se destacar é Philippe Ariès (1981). Ariès, mediante estudos sobre obras de arte (pinturas), diários, testamentos, em meio a outras fontes, concluiu que o sentimento de infância é fenômeno recente na história da humanidade. Assegura que ele começa a surgir na França, por volta do século XII, e se torna definitivo no século XVII. Para o autor, na concepção medieval, num primeiro momento, a infância foi considerada fase sem importância. A criança era concebida como um “homem” em tamanho reduzido, daí a indiferença dos adultos em relação a ela. Um dos primeiros sentimentos apontados pelo autor foi o da “paparicação”, que tinha conotação de passatempo ou mesmo de divertimento para os adultos diante das crianças. O autor observa que foi no século XVII que um conjunto de transformações passou a expressar nova maneira de dar sentido à infância. A adoção de um traje peculiar à infância, a sua representação em pinturas que retratavam a criança sozinha ou no seio familiar, a produção de um saber sobre a infância, passam a dar novos significados e importância à criança, produzindo um sentimento peculiar a esse ser.

A família também muda durante todo o processo de construção do sentimento de infância, segundo Ariès (1981). Na Idade Média, até por volta do século XV, segundo o autor, as crianças misturavam-se com os adultos, assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, por volta dos sete anos de idade. A partir desse momento, “ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias” (p. 275). As relações sociais ocorriam em ambiente público, onde não havia lugar para setores eminentemente privados. A função da família, neste período, era de transmissão da vida, dos bens, sem necessariamente ser baseada em sentimentos amorosos e laços afetivos. Nos séculos XVI e XVII, iniciou-se uma “verdadeira moralização da sociedade”; o grande acontecimento foi a preocupação com a educação das crianças. “Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 277). A família deixa de ser uma instituição de transmissão dos bens e do sobrenome, para assumir uma função moral. Este cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova, uma espécie de sentimento moderno da família e da infância. A família, para o autor, se reorganiza em torno da criança, à medida que ergue entre ela e a sociedade o muro da vida privada.

A transferência do processo de aprendizagem da família para a instituição escolar é fator preponderante para a constituição do sentimento moderno de infância (Kulmann Jr.; Fernandes, 2004). Segundo estes autores, a defesa da instituição escolar como o lugar da criança revestiu-se da ilusão de que a escola seria um meio de afastá-la da sociedade, local de degenerescência moral, de acordo com moralistas da época. No entanto, somente a partir do século XIX, na Europa, a maioria das crianças será

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

inserida no sistema educacional.

* Outros autores questionam as teses defendidas por Ariès. Ver os artigos compilados nos seguintes livros:

FARIA FILHO, Luciano Mendes de Faria (org.). A infância e sua educação. Materiais, prática e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONDRA, José Gonçalves (org.). História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

Kulmann Jr. e Rogério Fernandes* (2004), porém, questionam as teses de Áries no que tange à inexistência do sentimento de infância na Idade Média; asseguram que, “contrariamente às teses de Áries, na Idade Média teve-se a percepção nítida da especificidade da infância. A criança era construída, em primeiro lugar pelo amor ou pela rejeição dos pais e aquele se manifesta no protagonismo da mãe durante o período da criação, acolhendo a criança, rejeitando-a ou, eventualmente, praticando o infanticídio” (p.17). Outra crítica feita por estes autores refere-se à transposição imediata das questões de Ariès sobre a infância francesa para outros países, sem observá-lhes as especificidades locais e culturais.

Outro autor que contesta a idéia de Ariès no que tange à inexistência de um sentimento de infância na Idade Média é Jacques Gélis. Segundo ele, “a indiferença medieval pela criança é uma fábula” (1993, p. 328). Vejamos como este autor fundamenta sua argumentação. No século XV o sentimento dos pais diante de seus filhos e filhas se manifestava, por exemplo, na preocupação com a saúde e a cura de sua prole. O autor analisa a passagem da família-tronco ou de linhagem¹ para a família-nuclear e as relações com os vários sentimentos da infância. O autor analisa os fatores que propiciaram as mudanças familiares, entre elas as várias disposições legais que respondiam a preocupações de ordem religiosa e pública, que vieram posteriormente a se constituir em política de proteção à infância. Gélis observa que, na Idade Média, a criança era considerada “rebento do tronco comunitário” (p. 313). Era uma “criança pública” após o desmame. “A primeira infância era a época das aprendizagens. Aprendizagem do espaço da casa, da aldeia, das redondezas. Aprendizagem do brincar, da relação com as outras crianças” (p. 314). Para o autor, havia uma forma de educação comum, “um conjunto de influências que faziam de cada ser um produto da coletividade e preparavam cada indivíduo para o papel que dele se esperava” (p. 315). No final do século XIV, há sinais de nova relação com a criança, especialmente nos meios abastados das cidades européias. Trata-se, segundo o autor, de uma vontade cada vez mais reafirmada de preservar a vida da criança. Observam-se, a partir daí, mudanças nos comportamentos diante do desejo de viver e a vontade de perpetuar-se. Os poderes individuais aumentam em detrimento do coletivo e da perpetuação da linhagem familiar. Isto vai construindo mudanças de atitude em relação à criança, que passa a ser valorizada de forma acentuada com os cuidados com sua saúde e sua educação. As famílias passam a se recolher a espaços cada vez mais privados e a dar novos significados ao espaço privado, em que o “recolhimento junto à família nuclear acarreta o arranjo de um espaço doméstico mais íntimo” (p. 319), especialmente nas cidades.

Atrelada às mudanças nas famílias, houve uma profusão de discursos das ciências da época acerca da infância e de como se deveria educá-la.

¹Segundo Galano (2006) a Europa medieval era uma sociedade em que indivíduos se organizavam em grupos corporativos como clãs, linhagens e fraternidades, em que a vida social e política criavam uma teia de relações de consangüinidade e de trabalho. Os grupos de “linhagem” de pessoas com descendência comum de um antepassado se dava com a transmissão patrimonial entre os herdeiros. Já na família tronco, o patrimônio era resguardado para um único herdeiro que recebia do pai os bens a fim de sua preservação.

Os saberes dos moralistas e educadores que estudavam a infância, tornaram-na objeto das ciências. Um dos discursos que passaram a ser dominantes, na época, era o de que as crianças deveriam ser educadas em um outro espaço que não o da família. O espaço indicado foi a instituição escolar, que também passou a ser delegado pela família para educar seus filhos.

O sentimento atual de infância esteve fortemente atrelado ao sentimento moderno de família, especialmente àquele que veio a se constituir como modelo, a nuclear burguesa. Esta configuração familiar passou a ser representada como ideal no decorrer dos séculos, especialmente quando composta por poucas pessoas, ligadas por laços afetivos e dentro do âmbito privado do lar. Estes discursos, que produzem representações de família e de infância, passaram a ser o modelo e a se constituir como norma que iria definir condutas e subjetividades de outras pessoas, independentemente dos locais ou de suas classes sociais.

Entender as condições históricas da emergência do “sentimento de infância” possibilita entender outros processos de produção de “verdades”, como a própria história das constituições modernas de família e da emergência da família nuclear burguesa. Segundo Dornelles (2005), foi por volta de 1750 que se completou um processo que teve início no final da Idade Média, com o fim dos sistemas de linhagem e de clientela que predominavam na Europa, vinculados à sociedade feudal. Segundo a autora, a instituição “família moderna” emerge e se torna hegemônica no Século das Luzes. Esta família se estrutura na transmissão da herança e na manutenção da propriedade, tendo como princípio o casamento. O poder do homem se estabelece diante da mulher e dos/as filhos/as. “Essa nova forma de família congrega pais e filhos, e é ela que se solidifica e que precisa arcar com os cuidados, a higiene e a limpeza do espaço doméstico, bem como com a sustentação moral de todos os seus membros” (DORNELLES, 2005, p. 41).

Dornelles ainda assegura que a “invenção da infância” produziu mudanças no ambiente social doméstico das famílias. A casa passa a ser o espaço de responsabilidade da família, que deve manter os sujeitos em seus lugares, em seus aposentos no interior do lar. A família é transformada, segundo Michel Foucault (1997), numa rede complexa, mesmo reduzida a menores dimensões, que regula a separação entre adultos e crianças, a segregação de meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidados com os bebês, os métodos de vigilância sobre as crianças. A família também passa a ser o local de afetos e sentimentos.

O que percebemos, com esta breve digressão histórica, é que nem sempre o conceito de infância e de família foi o mesmo. Esta configuração nem sempre existiu como a conhecemos hoje. Em seus estudos, Gélis afirma que antes os sentimentos de família e de infância eram significados com outros elementos, que iam de um cuidado coletivo à preservação da vida, ou mesmo, de algumas formas de indiferença que expressam um tipo de sentimento para com os pequenos e pequenas. E como esses discursos e representações foram produzidos no Brasil? É o que veremos no próximo tópico.

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

1.3 Configurações históricas da família no Brasil



Jean Baptiste Debret - "Funcionário do governo passeia com a família" (1831-Aquarela).

* Estamos observando nesta unidade como os discursos e representações produzem formas de conduta diante da temática família, que nem sempre teve a mesma constituição no decorrer dos últimos séculos. Outros fatores podem ampliar este conhecimento, como o analisado por Jacques Donzelot no livro "A polícia das famílias" (2001), em que analisa o sentimento moderno da família que teria surgido nas camadas burguesas e nobres do Antigo Regime, estendendo-se depois para todas as classes sociais, inclusive o proletariado do fim do século XIX, mediante uma forma de governo através da família.

As representações de "família ideal", como aquela composta por poucos membros, cuja conjugalidade tem por base o casamento, a propriedade e especialmente a forte influência patriarcal (do pai) – próprio da família nuclear burguesa –, passaram a constituir, no decorrer dos últimos séculos, o modelo a ser seguido. Foi tida por normal, enquanto que as "outras", que com ela se comparam, são rotuladas como "desestruturadas", por fugirem daquele padrão. Como as famílias se constituíram histórica e culturalmente no Brasil? Como o modelo de família nuclear burguesa* veio a se constituir como ideal em terras brasileiras? Ou essa constituição resultou de organização que sempre dominou por aqui?

As imagens do artista francês Jean Baptiste Debret retratam cenas cotidianas do Brasil Colônia. A que aparece no início deste item retrata o passeio de um funcionário público (que na época era representante da elite) com sua família. Esta era uma organização familiar diferente dos senhores de terra e escravos da época. Debret explica a obra ressaltando um antigo hábito observado naquela configuração familiar: "O chefe da família abre a marcha, seguido imediatamente por seus filhos, colocados em fila por ordem de idade, indo o mais moço sempre na frente; vem a seguir a mãe ainda grávida; atrás dela, sua criada de quarto, escrava mulata, (...) seguem-se a ama negra, a escrava da ama, o criado negro do senhor (...)." (DEBRET, apud MORAES, 2003).

Como eram as configurações familiares predominantes neste período da história do Brasil? É o que passaremos a analisar nesta parte final desta unidade.

A historiadora Mary Del Priore (2005), valendo-se de vasta documentação histórica, analisa a vida familiar no Brasil colonial. Para responder às perguntas que acabamos de propor, passaremos a descrever as

configurações familiares no processo de colonização do Brasil, fundamentado especialmente nos estudos desta autora.

O colonizador europeu que aqui chegou traz uma maneira particular de organização familiar – pai e mãe casados perante a Igreja –, organização que passou a constituir modelo de família. Somente dentro do sagrado matrimônio seria possível educar as filhas e os filhos, com a transmissão de normas e valores religiosos.

A autora pergunta como o europeu conseguiu impor esse tipo de estruturação familiar a tal ponto de o tornar hegemônico em terras brasileiras. Foi estudar a questão em alguns dos autores de obras clássicas sobre este período, como Gilberto Freyre, de “Casa-grande & senzala”, e Sérgio Buarque de Holanda, com o livro “Raízes do Brasil”. Para esses dois estudiosos, a família estava no centro do processo de colonização. A família brasileira, então, seria a “soma da tradição patriarcal portuguesa com a colonização agrária e escravista” (DEL PRIORE, 2005, p. 8), que resultou no chamado patriarcalismo brasileiro. A família patriarcal brasileira – cujo chefe cuidava de negócios e familiares – não se restringia a um núcleo composto por pai, mãe e filhos/as. Estes membros – sobre os quais tinha absoluta autoridade – constituíam o núcleo central de uma família extensa que incluía outras pessoas numa relação de dependência, como: parentes em geral, filhos/as ilegítimos/as, afilhados/as, padrinhos e madrinhas, agregados, escravos/as.

Este tipo de família patriarcal torna-se preponderante neste período histórico; no entanto, historiadoras e historiadores mostram que, nessa época, coexistiam outras configurações familiares: famílias pequenas, famílias de pessoas viúvas, famílias de mães com filhos/as sem pais, famílias de escravos, famílias de índios.

Corrêa (1982) analisa a produção histórica das formas de organização familiar no Brasil. A autora questiona se a chamada “família patriarcal brasileira” constituía o modo cotidiano de viver a organização familiar no Brasil colonial, se era o modelo compartilhado pela maioria da população, ou se seria apenas um modelo ideal dominante, vencedor sobre várias formas alternativas que emergiram concretamente no decorrer de nossa história. Sugere uma releitura cuidadosa de textos clássicos de nossa historiografia² (cronistas, viajantes, agentes coloniais, etc.) para observar alternativas até então obscurecidas pela ênfase dada a apenas uma forma de organização familiar.

Mary Del Priore estuda estas outras constituições familiares presentes no Brasil Colônia. Entre elas, cita as formas de “amancebamento”, forma muito comum de aliança entre os casais. No início da colonização brasileira eram frequentes as uniões entre portugueses e índias. Esta, segundo a autora, não era uma prática bem aceita pela Igreja Católica. Os padres jesuítas escreviam para a Corte Portuguesa pedindo que enviasse à colônia “órfãs e prostitutas”. “Os ricos casariam com as primeiras; os pobres, com

²A autora faz referência às obras de Gilberto Freyre, especialmente Casa Grande e Senzala (1933), e ao ensaio de Antônio Candido “The Brazilian family” (1951). Segundo a autora, houve a predominância de uma família definida como normal. “Essa análise, ‘externa’, de um corpus bastante conhecido é exemplificada aqui por algumas pistas que remetem à necessidade de maiores pesquisas históricas sobre o assunto e pelo exemplo dos bons resultados colhidos por autores que se dedicaram a seguir algumas dessas pistas” (CORRÊA, 1982, p. 16).

as segundas” (2005, p. 14). O filme “Desmundo” (Brasil, 2003), proposto para fundamentação desta unidade, com direção de Alain Fresnot, retrata a chegada de meninas portuguesas em terras brasileiras para se desposarem com os homens portugueses que aqui viviam. Observam-se as resistências a esse tipo de união por parte destas meninas que expressavam, de diversas formas, a negação ao tipo de violência a que eram submetidas.

Del Priore analisa outras configurações familiares, entre elas as famílias escravas que vivam no trabalho árduo e na obediência. Havia famílias compostas por escravos de uma mesma etnia, casais em que apenas um dos parceiros era escravo. Essas realidades eram diferenciadas entre aqueles que realizavam os trabalhos dentro da casa-grande, outros que viviam e trabalhavam nos campos. E demais, nas cidades. Outra realidade descrita eram as famílias que viviam nos quilombos. No outro extremo da família quilombola estavam as famílias da classe senhorial: senhores de engenho, comerciantes, autoridades portuguesas e seus descendentes no Brasil. Estas famílias poderiam ser extensas (familiares, agregados, parentes, filhos/as bastardos/as e concubinas), ou monoparentais (compostas por apenas um dos membros do casal, geralmente viúvas, com seus filhos e filhas e irmãos/irmãs solteiros/as). A autora ressalta, quanto aos indígenas, que havia os que praticavam a poligamia (união de uma pessoa com várias outras), e outros que passaram a constituir famílias com portugueses e negros, formando as famílias mestiças.

As famílias senhoriais, denominadas patriarcais, eram fortemente marcadas por papéis masculinos e femininos bem definidos. A mulher deveria restringir-se ao ambiente doméstico, aos cuidados com a organização doméstica dos escravos domésticos. O chefe da família era descrito como figura austera, que tinha poder sobre todos os membros da família, e este poder se estendia aos demais agregados, além dos/as escravos/as. Mesmo este tipo de constituição familiar coexistia com outros tipos, como o de família monoparental, principalmente daquelas constituídas por mulheres viúvas ou descasadas que tocavam suas fazendas.

Esta breve digressão histórica evidencia que nem sempre a família brasileira foi a mesma, e nem mesmo houve somente uma forma de arranjo. O casamento, como forma legítima de união entre os casais, foi paulatinamente transformando-se no elemento básico e primordial para selar as junções. Desde o começo da colonização, entretanto, há um afrouxamento na aplicação das regras canônicas referentes ao casamento (CORRÊA, 1982). O preço da cerimônia religiosa era muito alto para a maioria das famílias. Além disso, havia interesse em não coibir a existência de várias famílias, especialmente com o intuito de povoar as terras brasileiras. Com o passar dos tempos, a influência da Igreja passou a ser mais marcante, especialmente com a predominância de discursos segundo os quais os pais deveriam se preocupar com a doutrinação cristã de seus filhos e filhas. O casamento religioso passa, então, a ser um sistema de aliança para organizar a procriação e a educação dos rebentos.

Apesar de várias outras formas de constituição familiar no Brasil

no decorrer dos séculos, a família nuclear e patriarcal acabou por ser considerada modelo a ser seguido. Passou a constituir-se como normal, em detrimento de todas as outras possibilidades, definidas como “anormais”. Este modelo esteve muito presente até a primeira metade do século XX. Os últimos 50 anos do século XX foram marcados por várias mudanças na sociedade, impulsionadas por vários movimentos sociais, entre eles o feminista, que questionavam este tipo de configuração familiar como a representação ideal de família.

As novas configurações familiares serão objeto de estudo da próxima unidade. O que pretendemos, nesta unidade, é observar como os discursos produzem representações sobre a “família”. Estas representações têm significações culturais que produzem formas de ser, de se conduzir e de formar subjetividades e identidades. A representação, ainda hegemônica, de família nuclear composta por pai, mãe, filhas e filhos, unidos legalmente e pelas bênçãos da Igreja, é uma das possibilidades de vivência familiar que durante os últimos séculos constituiu o modelo a ser seguido. No entanto, observamos a coexistência de outras tantas configurações paralelas. Este tipo de família está historicamente vinculado a um momento em que se priorizavam a propriedade e a individualidade. Esta configuração também teve fortes relações, e foi resignificada com a construção (ou invenção) de novo sentimento de infância que passou a preponderar a partir da Idade Moderna.

Todos estes discursos, que evidenciam como se processou a construção de “verdades”, são necessários para entender que refletem uma verdade, que não é única; portanto as ‘verdades’ precisam ser ‘desconstruídas’. Outras formas de constituição familiares podem ser pensadas como verdadeiras; outras representações poderão ser produzidas de modo que possamos pensar e produzir formas de viver e de nos constituir nas diferenças.



Para aprofundar o estudo do tema:

A seguir há indicações de filmes³ que possam estimular a refletir sobre a temática apontada nesta unidade. Alguns aspectos históricos poderão ser aprofundados em pesquisa bibliográfica. Sugere-se que, ao assistir aos filmes, se volte à leitura dos elementos históricos descritos nesta unidade. Outras indicações referem-se aos filmes que retratam conflitos familiares produzidos por vivências em famílias marcadas por configuração patriarcal.



Filme 1 - "Desmundo"

(Desmundo/Brasil, 2003)

Direção: Alain Fresnot

Duração: 100 minutos

Sinopse:

Em 1570 chega ao Brasil um grupo de órfãs, enviadas pela Rainha de Portugal para desposar os primeiros colonizadores. Entre elas vem Oribela, jovem sensível e religiosa. Contra sua vontade, ela é entregue em casamento a um português que aqui morava. Oribela tenta resistir a essa situação vivida. O filme retrata alguns elementos das primeiras constituições familiares brasileiras de trazer mulheres brancas da Corte Portuguesa para se desposarem com os homens brancos que aqui moravam.

Filme 2 - "Lavoura Arcaica" (Lavoura Arcaica/Brasil, 2001)

Direção: Luiz Fernando Carvalho

Duração: 163 minutos

Sinopse:

André é um filho desgarrado, que saiu de casa por causa da severa

lei paterna e do sufocamento da ternura materna. Pedro, seu irmão mais velho, recebe de sua mãe a missão de trazê-lo de volta ao lar. Cedendo aos apelos da mãe e de Pedro, André resolve voltar para a casa dos seus pais, mas irá quebrar definitivamente os alicerces da família ao se apaixonar por sua bela irmã Ana.

Filme 3 - "As horas" (The Hours/EUA, 2002)

Direção: Stephen Daldry

Duração: 114 minutos

Sinopse:

Em três períodos diferentes, vivem três mulheres ligadas ao livro "Mrs. Dalloway". Em 1923 vive Virginia Woolf, autora do livro, que enfrenta uma crise de depressão e idéias de suicídio. Em 1949 vive Laura Brown, uma dona de casa, grávida, que mora em Los Angeles e é leitora do livro. Nos dias atuais vive Clarissa Vaughn, uma editora de livros que reside em Nova York e dá uma festa para Richard, escritor que fora seu amante no passado e hoje está com o vírus da Aids. É interessante observar as várias configurações e sentimentos do que seja família nestes três períodos históricos.

³As sinopses dos filmes deste fascículo foram baseadas em dados retirados no site: www.adorocinema.com.br.

Bibliografia

1. ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Breve comentário:

O autor analisa a construção do sentimento da infância, a vida nos colégios e a passagem da família medieval à família moderna.

2. GÉLIS, J. Individualização da criança. In ARIÈS, P; DUBY, G. A história da vida privada. 3ª. reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Breve comentário:

Este autor refuta algumas idéias descritas por Ariès e analisa as várias formas de sentimento da infância, na Idade Média.

3. PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (orgs.). Mulheres e famílias no Brasil. Cuiabá, MT: Carlini & Caniatto, 2005.

Breve comentário:

O livro é composto por uma coletânea de artigos sobre mulheres e famílias baseados em pesquisa histórica em arquivos de diversas partes do Brasil, no período histórico do século XVIII aos nossos dias. Destacam-se alguns artigos que retratam a realidade das famílias em Cuiabá e no interior de Mato Grosso do Sul, entre eles o que analisa processos de divórcio acionados por mulheres na segunda metade do século XIX.

4. DEL PRIORE, Mary. A família no Brasil colonial. 4ª. Impressão. São Paulo: Moderna, 2005.

Breve comentário:

A autora apresenta, mediante pesquisa histórica, o painel da vida familiar no Brasil colonial. A linguagem utilizada é clara com a articulação de imagens que facilitam a compreensão dos vários tipos de família que se constituíram no País, do século XVI até o início do século XIX.

5. DORNELLES, Leni Vieira. Infâncias que nos escapam. Da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Breve comentário:

A autora analisa a invenção da categoria criança fundamentada nos preceitos de Michel Foucault. Discute essa construção da infância e das maneiras como o adulto tenta estudá-la, objetivá-la e controlá-la.

6. DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

Breve comentário:

"Este livro é o resultado de um cruzamento de olhares sobre o tema abrangente da infância na história. Do Norte ao Sudeste do País, pesquisadores e professores emprestam seus conhecimentos para dar voz a algumas das milhares de anônimas crianças brasileiras" (p. 17).

Sites

Sugere-se consulta em sites:

a. **que veiculam artigos científicos, ensaios e produções sobre as temáticas da educação, da infância e da família.**

www.educacaoonline.pro.br

www.crmariocovas.sp.gov.br

www.scielo.br

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1

www.anpocs.org.br – Grupo de Trabalho (GT) – Família e Sociedade

b. que veiculam a história da arte - as obras de arte podem ser fontes para analisar como a criança e a família são representadas pelas mais diversas produções artísticas no decorrer dos tempos.

www.itaucultural.com.br – site que apresenta obras de arte, fotografias, vídeo-arte com as mais variadas temáticas.

www.portinari.org.br – site oficial que mapeou as obras do pintor **Cândido Portinari**.

c. que apresentam questões culturais e históricas sobre a temática estudada.

www.proyanomomi.org.br - traz informações relativas aos povos indígenas, em especial os

yanomâmis. Esta é uma oportunidade para pensar o conceito de família para as mais diversas comunidades indígenas do Brasil.

www.webhistoria.com.br – é uma revista eletrônica que apresenta temas da história do Brasil e do mundo.

www.cncdp.pt - site português que apresenta temas da história das navegações e das colônias portuguesas.

www.anpuh.org - página oficial da **Associação Nacional de História** (Anpuh). Nela é possível obter informações sobre a produção historiográfica no Brasil.

www.mp.usp.br – site do **Museu do Ipiranga**.

www.museuhistoriconacional.com.br - site do **Museu Histórico Nacional**.



Sugestões de atividades

No seu “Caderno de Registros”, analise suas próprias representações de família, utilizando os principais conceitos e reflexões trabalhados nesta unidade. Observe como estes conceitos podem fazê-la/o refletir sobre as idéias de família presentes em suas representações.

Neste início de etapa, sugere-se também que desenvolva pesquisas para o aprofundamento, especialmente em sites e bibliografias, para que possa argumentar teoricamente suas proposições na produção do texto.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARROS, Manoel. Memórias inventadas. São Paulo: Planeta, 2003.

CASEY, J. A história da família. São Paulo: Ática, 1992.

CASTRO FARIA, S. A. Colônia em movimento, fortuna e família no cotidiano... colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (org.). Família e... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CORREIA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In ____ et al. Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. 4ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2005.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DORNELLES, Leni Vieira. Infâncias que nos escapam. Da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). A infância e sua educação. Materiais, prática e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In DREYFUS, H. L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault. RJ: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. A vontade de saber. 12 ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GALANO, Mônica Haydée. Família e história: a história da família. In CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (org.). Família e... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GÉLIS, J. Individualização da criança. In ARIÈS, P; DUBY, G. A história da vida privada. 3ª. reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

GIROUX; Henri A.; McLAREN, Peter L. Por uma pedagogia crítica da representação. In SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (org.). Territórios contestados. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GONDRA, José Gonçalves (org.). História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

KULMANN Jr., Moisés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). A infância e sua educação. Materiais, prática e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In _____. Currículo, gênero e sexualidade. Porto, PT: Porto Editora, 2000.

MEDINA, Carlos Alberto. Parceria escola-família. Texto da internet, produzido em 2002. [Retirado do site: www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/pef/pefimp.htm em 18/12/05].

MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC, 1995.

MORAES, José Geraldo Vinci de (coord.). Sociedade e cultura brasileira. 4ª. Impressão. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2003. [Ofício de professor – aprender mais para ensinar melhor]

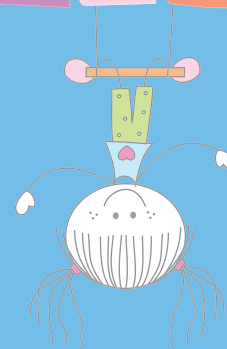
PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (orgs.). Mulheres e famílias no Brasil. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes. Tudo ao mesmo tempo agora: considerações sobre a infância no presente. In FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). A infância e sua educação. Materiais, prática e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

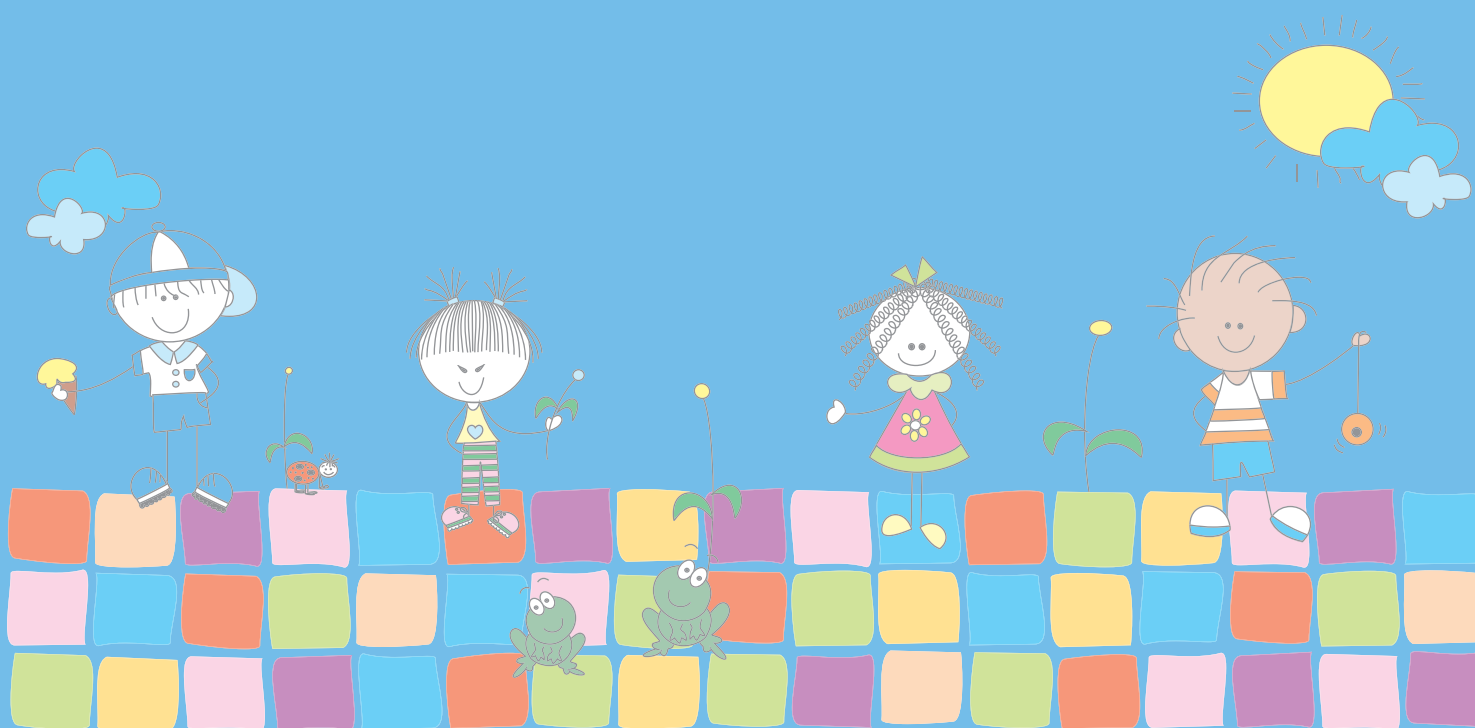
SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In _____. Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003a.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. 2ª. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b.

CAPÍTULO II



A(s) família(s) brasileira(s) contemporânea(s): múltiplos olhares





A(s) família(s) brasileira(s) contemporânea(s): múltiplos olhares



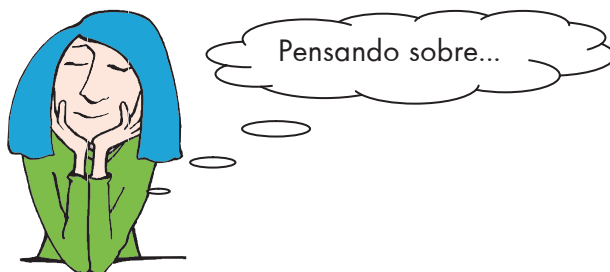
"Família de Nádia." Nádia, 6 anos.

Nesta unidade refletiremos acerca das configurações familiares contemporâneas.

Hoje convivemos com inúmeros arranjos, tais como: famílias monoparentais [pais ou mães convivendo com filhos/as]; famílias extensas; famílias recasadas [pessoas divorciadas e que se casam outras vezes]; famílias com crianças adotadas; famílias de união homossexual; famílias sem casal [pessoas morando sozinhas ou família de um só membro]; famílias intergeracionais [pai, mãe e avós, bisavós]; famílias compostas por avós e netos; família de mãe e pai adolescentes, entre outras tantas.

Analisaremos dados acerca das várias famílias, bem como o conceito ou os vários conceitos que se têm delas. As relações de gênero tornam-se preponderantes para pensar as relações familiares, observando-se que cresce o número de famílias monoparentais de mulheres com filhas e filhos. A família como produção humana está sujeita a determinações sociais, culturais e históricas que podem se constituir em espaço de solidariedade, afeto e segurança, tanto quanto em espaço de conflitos, lutas e disputas, como descreve o Referencial Curricular para a Educação Infantil. Nesse sentido, na última parte desta unidade, deter-nos-emos sobre a família também como espaço de conflito e violência, em particular a violência de gênero.

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1



Vários fatores na atualidade contribuíram para influir na organização e configuração das famílias. Cláudia Fonseca, uma estudiosa da temática, apresenta vários elementos para percebermos estas mudanças. As descobertas científicas no século XX tiveram, certamente, influência. Podem-se citar a pílula anticoncepcional, a fertilização in vitro, a “barriga de aluguel”, os exames de DNA para a paternidade duvidosa. Outros acontecimentos, como a dissolução do casamento pelo divórcio; as discussões sociais impulsionadas pelos movimentos sociais (como o feminista); a entrada da mulher no mercado de trabalho, entre outros, contribuíram para que novas conjugalidades pudessem ser vivenciadas.

Na primeira parte desta unidade, sugerimos duas atividades para instigar sua reflexão sobre a temática a ser abordada. A primeira delas se refere a pesquisa. Entreviste pessoas de sua comunidade para apreender como elas viveram suas relações afetivas e conjugais nessas últimas décadas. Converse com mulheres e homens que viveram em épocas antes da lei do divórcio (lei 6.515 de 1977). Pergunte como eram as relações familiares da época. Como percebem as mudanças familiares nas últimas décadas.

A segunda atividade proposta é a produção de sua história de vida. Pense e escreva sobre sua história nessas últimas décadas. Tente relacionar fatos históricos e mudanças sociais com elementos vividos tanto na sua constituição como pessoa, em suas relações familiares, quanto em suas representações de família no decorrer desses anos.



Estudando e aprofundando
conceitos:

2.1 - Novas configurações e novos conceitos de família(s)

“Pra mim, família quer dizer aquelas pessoas que criam você e criam até você crescer. Nos sustentam, fazem comida, um monte de coisas legais.” Lara, 6 anos.

A família, analisada neste fascículo, é entendida como construção social e histórica, descartando-se assim a idéia de um modelo ou padrão único e correto. Neste sentido, na atualidade a família não é aquela constituída unicamente por casamento formal. Diversifica-se e abrange arranjos formados seja pelo casamento civil ou religioso, seja pela união estável – comprovada pelo novo Código Civil (Lei 10.406/2002) –, seja por qualquer outra forma de co-habitação ou forma de relacionamento. As formas de constituição familiar também podem variar entre uniões de casais heterossexuais [casais de pessoas do sexo oposto] ou homossexuais [casais de pessoas do mesmo sexo], mesmo que esta união ainda não seja reconhecida por lei.

As configurações familiares passaram por mudanças no decorrer dos séculos. Uma das muitas mudanças é que passaram a se basear nas relações de afeto, mais do que, exclusivamente, nas relações biológicas de consangüinidade e parentesco. A família constituída como modelo, nos últimos anos, foi a denominada “nuclear burguesa”. Segundo Almeida (1987), quando falamos de família nuclear burguesa estamos nos referindo à família intimista, agindo e circulando no espaço delimitado do privado, que se opõe ao espaço do público, área destinada à produção. Esta família é reduzida, e não extensa, e tem como núcleo os papéis delimitados de marido, esposa e filhos/as. Este modelo aparece no marco da ascensão da burguesia industrial na Europa e se alastra como modelo idealizado no decorrer dos tempos, como já foi exposto no primeiro volume (unidade I) deste fascículo. Vejamos o que a autora destaca como detalhes desta constituição familiar:

A família intimista, fechada para si, reduzida ao pai, mãe e alguns filhos que vivem sós, sem criados, agregados e parentes na casa, eis o modelo de modernidade no limiar do século XIX. A mulher “rainha do lar”, mãe por instinto, abnegada e vivendo em osmose com os bebês, sendo ela o canal da relação entre eles e o pai, que só se fará presente para exercer a autoridade. (ALMEIDA, 1987, p. 61)

A família nuclear, tal como descreve Almeida, é uma das constituições familiares que preponderou no decorrer dos anos. Ela ainda é uma possibilidade nos dias atuais; no entanto, é um

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1

arranjo possível, mas não é o único, nem mesmo a única forma a ser desejável, apesar de ainda ser o modelo presente em muitas representações que a consideram legítima, correta, estruturada e verdadeira.

Outro aspecto a se considerar na análise das famílias diz respeito ao casamento como forma de consolidação da união. As estatísticas demonstram que o casamento civil vem diminuindo, e tem aumentado a prática de outras formas de união. Estas outras formas de constituição são asseguradas por lei. O novo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406 de 2002) assegura que a família é legitimada pelo casamento (religioso e/ou civil) e pela união estável de casais heterossexuais. No Brasil, ainda não foi regulamentada a união homossexual. Casais homossexuais convivem sem a possibilidade de adoção e sem terem garantidos seus direitos, como os têm os casais heterossexuais. No caso da adoção, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, pessoas maiores de 21 anos podem adotar independentemente de seu estado civil [não havendo relação entre adoção e orientação sexual do/a adotante]. A adoção, na união homossexual, pode ser realizada por um/a dos/as parceiros/as, e não pelo casal.

Tudo isso nos habilita a afirmar que não há como produzir um conceito único de família, nem mesmo concebê-la no singular. Os conceitos essencializantes de família remetem a uma idéia de homogeneização, como se fosse algo universal e, conseqüentemente, descontextualizado. Várias autoras e autores, entretanto, tentam produzir conceitos sobre o que seja a família, indo na contramão das idéias abstratas e universais. Vejamos alguns desses conceitos.

Scott (2001) afirma que família é um ponto de interseção, em que se cruzam diferentes características. É um ponto de estabelecimento de alianças entre grupos; um ponto de negociação de relações de gênero e a referência para o estabelecimento de relações entre as gerações. É, ainda, um local de afirmação da reciprocidade e da hierarquia, simultaneamente. Para Losacco (2003), família é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes; lugar de pertencimento, de questionamentos; instituição responsável pela socialização, pela introjeção de valores e pela formação de identidade. Dias (1999) ressalta que família é um espaço em que se atualizam as tensões sociais. É o espaço grupal onde se dá a aprendizagem social, a distribuição das relações de autoridade e submissão, a definição dos papéis vinculados aos gêneros (feminino/masculino). O dicionário Houaiss define família como grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto; grupo de pessoas que têm uma ancestralidade comum ou que provêm de um mesmo tronco; e pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou, excepcionalmente, pela adoção. Um conceito questionado nos dias atuais, contudo, é o de que a família é a instância socializadora das crianças. Nos dias de hoje, em que as crianças desde muito cedo vão para as instituições de educação infantil, por exemplo, as famílias não são as únicas a propiciar às crianças a socialização.

São vários os prismas que abordam o conceito de família. Ela pode

se constituir como grupo; local/lugar/espço; núcleo; instituição social e histórica; sistema de aliança e negociação. Observa-se que os conceitos ora se fundamentam no social, com o estabelecimento de alianças; ora na perspectiva consangüínea, com bases na biologia e na constituição familiar sob os laços de sangue. Hoje, família pode ser considerada grupo de pessoas que convivem sob laços de afeto, o que não significa dizer que é um espaço sem conflitos e negociações. Outro conceito já amplamente ressaltado neste fascículo é de que família é produção social e cultural, portanto não se pode afirmar que há uma única forma possível e correta de arranjo familiar. Nos dias atuais, por exemplo, há inúmeras possibilidades de arranjos* e de configurações familiares que nem sempre são formadas a partir do matrimônio.

Outros dois conceitos de família devem ser introduzidos neste nosso debate: o preconizado pelo IBGE e o da pesquisadora Sarti. Vejamos.

* Vejamos algumas possibilidades de arranjos familiares com as suas respectivas nomenclaturas:

1. Família monoparental/uniparental/singular = família em que filhas e filhos habitam com a mãe ou com o pai. Tipo de família composta pelo indivíduo que vive com a prole e responde pelo seu cuidado sem a presença do/a companheiro/a [que poderá existir ou não].
2. Família estendida/ampliada: família propiciada pelo divórcio e subseqüentes casamentos. Nesta configuração aparecem figuras como madrasta, padrasto, enteado.
3. Unipessoal = pessoa morando sozinha ou de um só membro.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – relaciona família à unidade doméstica residencial, e não à concepção mais comum de família como grupo de pessoas conviventes, que mantêm vínculos de parentesco resultantes da consangüinidade ou de adoção. O Censo Demográfico realizado em 2000, mediante pesquisa domiciliar, considerava família a pessoa que morava sozinha em uma unidade domiciliar; o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica [relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família]; as pessoas ligadas por normas de convivência [pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica].

O conceito de família a partir do domicílio, tal como delimita o censo demográfico realizado pelo IBGE, ao mesmo tempo em que possibilita o conceito de família a partir da perspectiva do pertencimento, exclui outras possibilidades, como aquela formada por pessoas que moram em domicílios diferentes.

Sarti (2003) propõe outras formas de olhar e conceituar família. Segundo a autora, uma das primeiras características a destacar é a sua configuração em rede, contrariando a idéia de que esta se constitui em um núcleo. A autora ressaltava que a família se delimita simbolicamente, com base num discurso sobre si própria, que opera com o discurso oficial. Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso, algo que é internalizado pelos sujeitos e que, a partir daí, o torna capaz de produzir

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

45

relações e formas de ser, é uma possibilidade de buscar outras definições que não se antecipem à sua própria realidade, mas que, segundo Sarti, permitem pensar como ela se constrói, como constrói a noção de si mesma, supondo que tal construção se dá na cultura. A autora explica o conceito de família como algo construído por discurso, pela cultura e, conseqüentemente, pelos sujeitos envolvidos nesta trama de relações. Esta maneira de conceituar a família, a partir de suas realidades objetivas, foi constatada em suas pesquisas.

Os dados da pesquisa de Sarti, coletados na periferia de São Paulo com pessoas oriundas de famílias de camadas populares, expressam outros modos de conceituar e conceber a família, tendo como ponto de partida a realidade das pessoas e suas formas de significação. Os dados revelam que uma das primeiras características da família é que ela se constitui em redes. Segundo a autora, a rede de obrigações que se estabelecem configura, para as pessoas de camadas populares, a noção de família. Sua delimitação não se vincula à pertinência a um grupo genealógico, uma vez que a extensão vertical de parentesco se restringe àqueles com quem convivem ou conviveram, raramente passando dos avós. Para estas pessoas, a extensão da família corresponde à da rede de obrigações: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar (SARTI, 2003). A noção de família define-se em torno de um eixo afetivo e moral. Suas delimitações e fronteiras são traçadas segundo o princípio de obrigação. A noção de obrigação torna-se central à idéia de parentesco.

Nos conceitos de família analisados até aqui, observa-se que não há consensos. O que se pode ressaltar é o entendimento da família em sua própria realidade de constituição e ressignificação, como o demonstram os dados da pesquisa de Sarti. Para compreendermos mais detidamente as diversas configurações familiares contemporâneas, faz-se necessário entender alguns conceitos, entre eles conjugalidade, parentalidade, consangüinidade.

O casamento oficial está sendo substituído, cada dia mais, por outras formas de união. O conceito de conjugalidade expressa outras formas de convívio, além do conjugal especialmente formalizado pelo casamento oficial. Segundo Anália Torres (2002), a conjugalidade possui várias dimensões. Uma a destacar é a que diz respeito à afetividade. As uniões se formam a partir da relação amorosa e na concretização da sexualidade. Esta vivência é razoavelmente nova, visto que, no passado, para as classes sociais mais abastadas, os casamentos "arranjados" eram organizados visando a outros interesses, quase sempre econômicos, ou mesmo para dar prosseguimento ao nome e ao poderio da família. O processo da entrada do afeto nas relações conjugais/familiares fez surgir o ideal e a prática do casamento por amor, que se tornou dominante no século XX. O casamento por amor, segundo Bozon (2003), implica, de um lado, que o casamento não depende mais das negociações entre famílias, mas da escolha pessoal dos cônjuges. De outro, que a única razão da escolha é o sentimento amoroso. O autor francês observa que, nos dias atuais, outro elemento também emerge ao lado do sentimento amoroso na motivação da conjugalidade: o da sexualidade. A união, oficial ou não, é uma possibilidade de relação baseada no afeto,

que propicia outras formas de conjugalidade, além daquela instituída pelo casamento.

Neste contexto, em que as relações são pautadas no afeto e no sentimento, as relações de parentesco também ganham novos contornos. Surge o termo parentalidade para explicar as trocas afetivas no interior da família. A relação estabelecida entre indivíduos adultos (homens e mulheres) com suas crianças, por exemplo, não se considera a priori, somente a partir das noções de maternidade e paternidade biológicas. Romanelli (2004) assegura que cada vez mais o suporte natural da maternidade e da paternidade é mudado pelo avanço de tecnologias reprodutivas. Em algumas situações, homens estéreis podem ter descendentes através da inseminação artificial, com sêmen de doador anônimo, o que faz com que esses homens não sejam o “genitor”, mas o “pater” de filhos social e legalmente reconhecidos por eles. O que está em causa é a relação de parentesco, além da consangüinidade [família de sangue], para outras construções baseadas no afeto, que propiciam que a parentalidade seja construída.

Claudia Fonseca (2006) compara as questões de parentesco com os conceitos de parentalidade nos dias atuais, especialmente pela possibilidade de fazer testes de reconhecimento da paternidade. Afirma que os casos de pedidos de teste investigados por ela indicam que o caráter eminentemente social (e não biológico) é mais preponderante do que o sentimento paterno de caráter biológico. O sangue conta; no entanto, há homens que, por não terem afinidade com a mulher, rejeitam qualquer relação com a filha ou o filho; contrariamente, também existem homens que assumem a função de pai, mesmo sabendo que não existe fundamento biológico que justifique essa relação. A autora, em outro trabalho (2002), cita o “parentesco de escolha”, em detrimento do “parentesco de sangue”. As concepções atuais de família põem ênfase na afeição e no afeto, como possibilidade de escolha; com isso, afrouxam-se os elos que amarravam impreterivelmente o parentesco aos fatos naturais das relações de consangüinidade (laços de sangue) e reprodução biológica (FONSECA, 2002). Tais dados nos permitem afirmar, então, que as novas configurações familiares se constroem com base mais no afeto do que em relações de consangüinidade ou parentesco. Um desses casos é a relação de parentalidade¹ estabelecida entre adultos que adotam crianças; mesmo não sendo do mesmo sangue, estabelecem relações de afeto, carinho e cuidado.

2.1.1 - Dados sobre a(s) família(s)

“Eu tenho duas casas. Eu moro junto com a minha mãe e junto com o meu pai. Eles se separaram.” Gabriela, 6 anos.

Para compreender as configurações familiares na atualidade é necessário traçar breve panorama sobre sua constituição. Vejamos alguns dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000. No Brasil contemporâneo, o arranjo domiciliar que contém a família conjugal [unida principalmente pelo casamento], apesar de constituir a maioria entre os outros tipos de constituição, é, proporcionalmente, segundo dados de Scott (2001),

¹A questão da parentalidade vem à tona nas discussões da parceria civil entre casais do mesmo sexo e da possibilidade da adoção. Há outros termos como homoparentalidade e pluriparentalidade para expressar as relações familiares. Veja alguns textos que analisam esta questão: GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. Cadernos Pagu (21), 2003; SANTOS, Kátia Bárbara. Sexo dos anjos: mulheres “negras” de classes populares em relação de conjugalidade. Anais do Fazendo Gênero, 2006; MEDEIROS, Camila Pinheiro. “Uma família de mulheres”: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. Estudos Feministas, 14 (2), 2006; UZIEL, Anna Paula. “Tal pai, tal filho” em tempos de pluriparentalidade. Expressão fora do lugar? ANPOCS, 2000; BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos Pagu, (21), 2003.

Sugere-se que você constantemente pesquise no site do IBGE dados (do passado, como dados atuais) sobre a família no Brasil.

o que mais retrocede. O número de casais que não têm filhas ou filhos por opção também tem aumentado nas últimas décadas. Os estudos dos arranjos domiciliares no Brasil mostram que as duas constituições que mais crescem são as caracterizadas por “famílias sem casais”, em que mulheres ou homens são as pessoas de referência [famílias chamadas de monoparentais] e as unidades unipessoais [pessoa morando só].

No período entre 1991 e 2000, o número de famílias passou de 37,5 milhões para 48,2 milhões, representando um crescimento relativo da ordem de 29%. O padrão dominante de organização das famílias no Brasil continuou sendo aquele formado pelas famílias com parentesco, que constituíam, em 2000, 91,2 % dos arranjos. Mas foi o das unipessoais [pessoas vivendo sozinhas] o tipo que apresentou maior crescimento (32,5%) nesse período, passando de 6,5%, em 1991, para 8,6% em 2000. As famílias ou arranjos constituídos por duas ou mais pessoas não aparentadas representaram 0,3%.

O percentual de mulheres sem cônjuge responsáveis por filhas ou filhos é de 17,3% do total de famílias. Esta realidade é bastante diferenciada regionalmente. O Distrito Federal é a unidade da Federação com maior percentual de famílias constituídas por mulher responsável sem cônjuge e com filhos/as (21,6%). Em Minas Gerais, há 18,1% de famílias nestas condições; Mato Grosso perfaz um total de 13,8%; e Mato Grosso do Sul, 16,4%, conforme dados realizados no Censo Demográfico [IBGE] de 2000. Segundo Scott, as mulheres como pessoas de referência vêm crescendo regularmente, em quantidade e proporção, durante toda a segunda metade do século XX, tendo atingido o nível de um em cada quatro arranjos. A maior incidência remete a mulheres que já tiveram convivência conjugal, além daquelas que tiveram filhos/as sem se casar ou conviver. A ocorrência desses arranjos com maior destaque no Nordeste vincula sua ocorrência a maridos e companheiros que saíram de casa em busca de emprego. As famílias monoparentais, cujas figuras de referência são os homens, são numericamente inexpressivas, segundo Scott, embora haja casos. No caso dos homens nesta condição, em consonância com esse autor, esta é uma fase considerada transitória, até que encontrem uma mulher para se casar. Esta, no entanto, nem sempre é a condição das mulheres na mesma condição.

Com relação às unidades unipessoais, na década de 80, as mulheres ultrapassaram os homens nesse arranjo residencial. Segundo Scott, as mulheres mais velhas, na faixa dos 55 anos, constituem maioria. Mas esta é uma opção cada vez mais recorrente entre mulheres de outras faixas etárias com poder aquisitivo. Quase metade dos homens que moram sós, situa-se na faixa etária dos 20 aos 45 anos.

Outras formas de conjugalidade também podem ser citadas, como aquelas que se formaram a partir da gravidez na adolescência. Este fato traz outro elemento, que são avós e avôs novos. Muitas destas jovens avós assumem, em muitos dos casos, a maternidade dos netos/as, criando outras relações no interior destas famílias. Elas criam as filhas ou os filhos de suas filhas solteiras. Nesses casos, a avó tende a se “apropriar” da criança que

a chama de mãe, enquanto a mãe biológica é chamada pelo nome próprio, sendo muitas vezes privada de seu lugar de mãe (SARTI, 1994, p. 52). Outra forma de conjugalidade é aquela formada por idosas e idosos – a expectativa de vida aumentou nos últimos anos e a qualidade de vida das pessoas mais velhas também, favorecendo a condução de novas alianças conjugais entre elas. Outro aspecto a ser considerado acerca de famílias intergeracionais [compostas por pessoas de várias gerações] é o do idosa e do idoso que passou a assumir na família a condição de provedor/a, visto que muitos deles/as são responsáveis pela subsistência dos familiares (VITALE, 2003).

Estas constituições familiares expressam, em sua maioria, elementos constitutivos das relações de gênero: é essa relação que passaremos a evidenciar a seguir.

2.2 - As famílias e as relações de gênero



"Paulo e seu pai." Paulo, 6 anos.
*"Eu moro com a minha mãe
Mas meu pai vem me visitar³."*

As famílias são espaços eminentemente generificados, ou seja, nelas se estabelecem os espaços de mulheres e homens, como seres de identidade de gênero, feminina ou masculina, e é também espaço de constituição de subjetividades.

³(Música "Pais e filhos";
Composição Dado Villa-Lobos;
Renato Russo; Marcelo Bonfá,
1989; Intérprete: Legião
Urbana).

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

A inscrição do gênero nos corpos – masculino ou feminino – é um processo decorrente do contexto de determinada cultura. Segundo Scott, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos” (1995, p. 86). A diferença biológica entre macho e fêmea é socialmente ressignificada, de modo que se construam modelos de relações sociais que impliquem certa subordinação de um gênero a outro. Na perspectiva desta autora, discutir gênero é essencialmente colocá-lo nas relações sociais. É na sociedade, nas relações entre as pessoas, que o gênero é criado e estabelecido. É no ambiente social que os sujeitos se fazem homens e mulheres, num processo continuado e dinâmico, não dado no nascimento, e a partir daí marcado para sempre. Os seres humanos constituem ativamente suas identidades de acordo com as inúmeras influências sociais com as quais têm possibilidade de interagir. Este processo identitário não é determinista ou passivo; faz-se com lutas, conflitos e negociações entre aspectos de ordem pessoal e social, no processo de constituição de subjetividades.

A diferença biológica de homens e mulheres é significada socialmente, visto que o gênero é uma construção social feita a partir das diferenças sexuais. Nascemos biologicamente macho ou fêmea, mas nos tornamos masculinos ou femininos nas relações sociais. Estas relações sociais, porém, ocorrem no interior de relações de poder. O conceito de poder, nesta perspectiva, não é aquele em que alguns o detêm e outros não o têm. O poder, tal como analisa o filósofo francês Michel Foucault, não é um objeto natural, é uma prática social. Nesse sentido, homens e mulheres são constituídos como sujeitos nas redes de poder.

O conceito de gênero nos possibilita um olhar mais detido nas constituições familiares. Historicamente, as mulheres foram as responsáveis por desempenhar funções ligadas à sua condição biológica de gerar. Como poderiam dar à luz, amamentar, ficaram encarregadas do cuidado com a prole, além do carinho e da demonstração de afeto. Ao homem coube o desempenho de outras funções que não as domésticas e aos cuidados com filhos/as. As relações desiguais de gênero também permitem analisar a problemática da violência doméstica, situação em que o homem é o principal agressor. Nesses casos, a mulher, além das crianças, é um ser em estado de submissão diante do poder patriarcal do marido-pai. As relações de gênero também propiciam entender as funções desempenhadas no interior das famílias. Vejamos abaixo uma música⁴, cantada em instituições de Educação Infantil, que expressa a separação entre os gêneros na família.

⁴Letra e Música de autor/a desconhecido/a, relatada por acadêmica do curso de Pedagogia/UFMS, ao expressar dados de observação no estágio em instituição de Educação Infantil.

*"Aqui vive alegre pessoal,
Família tão original
Um pai
Uma mãe
Um irmão
Uma irmã
Neném tão pequeno e gentil
Como é forte o papai polegar
Quão boa a rainha do lar
O irmão é tão alto
A irmã é menor
Neném vamos já embalar!"*

Esta cantiga, aparentemente despretensiosa, retrata as constituições de gênero historicamente determinadas. A "família original" é a composta por pai, mãe, filho e filha, tal como o apresentam muitas das representações hegemônicas de família ideal. O pai é forte, a mãe é a rainha do lar, o irmão é mais alto do que a irmã. Do homem se esperam atitudes de altivez, fortaleza, agressividade, proteção [especialmente o provento financeiro]. Da mulher se espera conduta de cuidado, bondade e responsabilidade com o ambiente doméstico. Estas características nada têm de natural. Elas são construídas socialmente. Nesse sentido, percebemos como as relações de gênero são construídas socialmente, a partir das diferenciações biológicas.

As relações de gênero ilustram que a maternidade, assim como a paternidade, pode ser uma opção. A escolha da maternidade pelas mulheres é um fenômeno moderno, consolidado no decorrer do século XX, com o avanço da industrialização e da urbanização. As novas tecnologias reprodutivas, sejam elas contraceptivas (com a utilização da pílula anticoncepcional, por exemplo), sejam conceptivas (bebê de proveta, inseminação artificial), ofereceram às mulheres, especialmente da década de 60 em diante, a possibilidade de optar pela maternidade ou não.

As várias formas de ser mulher e de ser homem nos dias atuais também propiciaram novas formas de convivência no interior das famílias, permitindo condições mais igualitárias entre seus integrantes. Um desses aspectos diz respeito às novas possibilidades de ser mãe e de ser pai, apesar de persistirem, na cultura ocidental contemporânea, as atribuições de funções parentais ainda claramente distintas: "ao pai cabe a responsabilidade pelo provento material e moral da família; à mãe, a condição de provedora afetiva e 'naturalmente' cuidadora da prole. À mãe, o coração. Ao pai, o bolso" (MEDRADO, 2001, p. 152).

Novas possibilidades de participação dos homens no cuidado com crianças se fazem presentes em muitas famílias. Lyra e outros/as autores/as (2003) ressaltam as várias possibilidades de exercício da paternidade. O homem experimenta outras formas de ser pai, diferentes daquelas designadas historicamente de pai-provedor-protetor. Os autores asseguram que este novo pai é mais ativo, não se restringindo à disciplina e ao suporte econômico familiar; ele demonstra maior envolvimento na educação e no cuidado

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

com os/as filhos/as de qualquer faixa etária; participa da alimentação, dá mamadeira, troca as fraldas do bebê, acompanha os filhos/as ao médico ou lhes dá remédios, leva-os à escola, a passear, coloca-os para dormir... Enfim, desenvolve contatos mais estreitos com filhas e filhos, o que era antes reservado apenas à mãe. Observa-se que está se construindo socialmente nova possibilidade de ser pai com uma participação mais efetiva do homem no cotidiano familiar em relação aos cuidados da prole, fato que vem sendo denominado de “nova paternidade” (MEDRADO, 2001).

Além das novas possibilidades de maternidade e paternidade descritas, uma configuração particular de família merece destaque nesta discussão das relações de gênero: a das *famílias monoparentais*. As famílias que em sua composição tenham um só membro, mulher ou homem, e filhos/as, têm aumentado no Brasil especialmente após a promulgação da Lei do Divórcio no final da década de 70 do século passado. A expressão “chefe de família”, descrita nos censos demográficos da década de 70 e 80, mudou para o termo “pessoa de referência”. Hoje, aumentaram as famílias que têm mulheres como pessoas de referência, sejam elas em famílias monoparentais sejam em outras configurações. Este é o tema a ser tratado a seguir.

As famílias monoparentais, em que as mulheres são as pessoas de referência, têm aumentado nos últimos anos. Segundo Berquó (2002), de 13% em 1970, passaram para 15,6% em 1980 e para 20,5% em 1991. No início do século XXI, há 26% de famílias em que as mulheres são as pessoas de referência. A grande maioria, corrobora a autora, é composta por mulher solteira, separada ou viúva, com filhos/as, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos/as morando em casa, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada responsável pela família, mesmo tendo um marido ou companheiro em casa.

Vale destacar o perfil dessas famílias descrito pelo Censo Demográfico de 2000. As mulheres responsáveis pelos domicílios representam 12,9% do total de mulheres. O Nordeste, com 25,9%, apresenta a maior proporção de domicílios em que a pessoa de referência é do sexo feminino, seguida pela Região Sudeste, com 25,6%. No caso do Nordeste, deve-se considerar, além das mudanças recentes no âmbito cultural, a intensidade da migração nordestina masculina ocorrida nas últimas décadas. A taxa de analfabetismo entre as mulheres responsáveis pelo domicílio declinou, no País, de 31,3% em 1991 para 20,5% em 2000. Mesmo em declínio, esta taxa ainda é muito alta. Em números absolutos, representava cerca de 2,3 milhões de mulheres analfabetas, metade delas no Nordeste.

Os resultados para as grandes regiões do Brasil aclaram que 17% das mulheres responsáveis por domicílios no Centro-Oeste são consideradas “sem instrução” ou com menos de um ano de escolaridade. Na Região Sudeste, este número cai para 14,5%, enquanto que, na Região Sul, o número é de 13,6%. No Nordeste é de 31,7%. O censo de 2000 revelou que o rendimento médio das mulheres responsáveis pelo domicílio era de

aproximadamente 3,9 salários mínimos naquele ano. Metade do número das mulheres responsáveis pelo domicílio não ganha mais que 1,8 salário mínimo.

Outro aspecto a se considerar acerca das famílias em que mulheres são as responsáveis é que, no conjunto das crianças brasileiras até seis anos de idade, 18% viviam nesses domicílios, enquanto 60% dessas famílias encontravam-se em domicílios cujo rendimento médio não ultrapassava dois salários mínimos.

Como relatam os dados descritos, houve um aumento nos últimos anos de famílias do tipo monoparental, em que as mulheres convivem com filhas ou filhos. Muitas delas, em condições econômicas precárias e praticamente 50% sem rendimento ou com menos de um salário mínimo (BERQUÓ, 2002). Estas famílias necessitam de uma rede de apoio para que possam sobreviver. Este apoio vem de seus familiares [avós, sogra/sogro], de uma rede com quem se pode contar [vizinhos]. Em muitos casos, as crianças ficam sozinhas, por não terem quem possa cuidar delas ou por não haver crianças mais velhas, caso em que ficam com a responsabilidade precoce de cuidar das mais novas. Outras deixam suas crianças em instituições de Educação Infantil.

Os dados apresentados até o momento nos parecem preponderantes para educadoras e educadores que atuam em instituições de Educação Infantil (ou que vão atuar), pois são essas as famílias com as quais irão interagir. Conhecê-las e entender sua constituição, sua problemática, sua realidade, pode ajudar a compor estratégias de aproximação e trabalho coletivo, algo que analisaremos no segundo volume deste fascículo.

2.3 - "Onde nem tudo são flores" – violências intrafamiliares

Retomando o conceito de família, expresso no Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998), como "criação humana mutável, sujeita a determinações culturais e históricas, que se constituiu tanto em espaço de solidariedade, afeto e segurança como um campo de conflitos, lutas e disputas" (p. 76), passaremos a analisar a família na condição de campo onde ocorrem violências que ferem a dignidade e os direitos de seres humanos. Entre as várias violências que ocorrem na família, denominadas aqui de violências intrafamiliares, priorizaremos aquelas cujas vítimas são as mulheres e as crianças.

A família, então, apesar de idealizada e representada por muitos como lugar seguro, espaço onde reinam a proteção e o cuidado, é visualizada por vários estudos como local de violência, especialmente contra mulheres e crianças. Apesar da prevalência destes dois grupos de sujeitos, também há violência de mulheres contra homens. Machado e Araújo (2004) informam que, embora o maior agressor nas situações de violência seja o homem, não se pode universalizar esse fenômeno. As autoras analisaram denúncias de homens vitimados por suas companheiras ou ex-companheiras, representando que o fenômeno da violência também ocorre com homens, em situação de vítima. No entanto, a esmagadora maioria de agressores é de homens e, no caso de crianças, quando se referem ao abuso sexual, a

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1

maioria dos abusadores é do sexo masculino. No caso de agressão física contra crianças, as agressoras são, em sua maioria, mulheres.

A violência intrafamiliar, que ocorre no interior da família, não é fenômeno da modernidade. Sabe-se que a violência no seio da família sempre existiu. O que é novo é a visibilidade, mediante denúncias e debates na sociedade. Em muitos casos, a violência praticada contra crianças (como surras e formas de punição) ainda é encarada por algumas famílias como formas de ensinamento. São métodos hoje criticados como prática educativa. Os direitos das crianças, assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltam que a família deve ser o espaço de cuidado e proteção, apesar de isto nem sempre ocorrer.

A mulher é uma das maiores vítimas da violência de gênero no interior da família. Segundo Araújo e outros/as (2004), em 95% dos casos de violência, praticada contra a mulher, o homem é o agressor. Na maioria das vezes, ele é o marido/companheiro, namorado, ex-marido/ex-companheiro. A forma mais visível da violência e a mais denunciada é a física, presente em 58% das denúncias coletadas por Araújo. A violência psicológica aparece em segundo lugar, seguida da violência sexual. Em 60% dos casos denunciados, a violência foi praticada na própria casa ou domicílio familiar e, em 40% dos casos, ocorreu fora do lar, aí incluídos casa de parentes e amigos, lugares públicos, locais de trabalho ou vias públicas. Em outra pesquisa de Venturi e outros/a autores/as (2004), realizada em 2001, 43% das mulheres brasileiras disseram que já foram vítimas de violência psicológica, física ou sexual. A pesquisa entrevistou 2.502 mulheres em 187 cidades brasileiras: 43% delas afirmaram ter sido vítimas de alguma forma de violência. Um terço das mulheres referiu-se a episódios de violência física (33%); 24% alegaram ter sofrido ameaça e cerceamento. As agressões foram constatadas por 22% das mulheres; 13% sofreram estupro conjugal; 27% disseram ter sofrido violência psíquica; 11%, assédio sexual.

Os motivos das agressões praticadas pelos homens, descritos na pesquisa de Araújo e outros/as (2004), são os mais variados. Dentre eles, destacam-se: por causa de ciúme e suspeita de adultério; discussões; separação ou tentativa de separação; uso de bebidas alcoólicas. Os dados registram, contudo, que na maioria dos casos não há sequer um motivo concreto para a agressão, evidenciando, com isso, a prática de poder que os homens estabelecem sobre as mulheres. Saffioti (2002) estuda o fenômeno da violência contra a mulher, mas de forma mais ampla, designando-o de "violência de gênero". Segundo ela, esse tipo de violência abrange não apenas as mulheres, mas também crianças e adolescentes, objetos da violência masculina. Esta violência foi historicamente praticada, e o continua sendo, tendo como base a construção de redes de poder nas quais o homem passou a assumir o papel de domínio e, com isso, a exercer o direito de dominar, controlar, agredir e usar de toda forma de violência.

Outro tipo de violência intrafamiliar é o da violência praticada contra crianças e adolescentes. Como as outras violências já citadas, esta violência ocorre freqüentemente no interior da família, especialmente em casa, no

ambiente em que supostamente a criança deveria estar protegida. A violência contra crianças e adolescentes pode ser de vários tipos: negligência, abandono, violência psicológica, violência física, violência sexual e abuso sexual. O abuso sexual é descrito como toda situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de pessoas mais velhas. O uso do poder, pela assimetria entre abusador e abusado, é o que mais caracteriza esta situação (IPPOLITO, 2004).

A violência sexual, por exemplo, ocorre, na maioria das vezes, numa atmosfera de segredo familiar. As relações de afinidade e consangüinidade entre crianças/adolescentes abusados/as e os agressores/as geram complacência de outros membros da família, além de que o/a abusador/a normalmente tem poder moral, econômico e disciplinador sobre a vítima (IPPOLITO, 2004).

Segundo os dados descritos no “Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” (2004), a primeira forma de maus tratos contra crianças e adolescentes é a agressão física; a segunda, mais recorrente, é a do abuso sexual. Estima-se, segundo o referido documento, que, no Brasil, 165 crianças ou adolescentes sofram abuso sexual por dia, ou sete a cada hora. A grande maioria das crianças abusadas é composta por meninas, na idade entre 7 e 14 anos. O/a abusador/a quase sempre faz parte da rede de convívio de crianças e/ou adolescente, na maioria das vezes de sua rede de parentesco (pai, mãe, padrasto, madrastra, avôs, avós, tia, tio, irmãos).

Outro dado a salientar sobre a violência doméstica é que a mulher, além de vítima, na maioria dos casos, também é uma das maiores agressoras de crianças. A violência praticada é a agressão física. Isso revela que as relações de poder ocorrem em rede, fazendo com que alguns o exerçam de diversas formas, neste caso vitimizando a criança como o elo mais fraco na relação familiar.

* * *

Nesta unidade evidenciamos as características das novas configurações familiares, além do conceito de família(s) que, apesar de polissêmico, traz como aproximação ser um espaço eminentemente de caráter social. Apesar de as várias conjugalidades serem constituídas com base no afeto, nesse espaço familiar “nem tudo são flores”, posto que a família também é espaço de violência de gênero, situação em que mulheres e crianças ainda são as vítimas principais. As denúncias contra essa realidade e práticas podem representar uma das possibilidades de romper com esses círculos de violência.

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1



Para aprofundar o estudo do tema:



Filmografia

Temática –
I - Conflitos familiares, violências intrafamiliares, abuso sexual

Filme 1 –
“Festa de família” (Dogme 1 – Festen/Dinamarca, 1998)
Direção: Thomas Vinterberg
Duração: 106 minutos

Sinopse:
Uma numerosa família dinamarquesa reúne-se num hotel para comemorar o aniversário de 60 anos do patriarca. Mas uma revelação de abuso sexual intrafamiliar, feita por seu filho mais velho, muda as relações familiares a partir daquele dia. O filme expressa todo o ambiente conflituoso e o sofrimento de quem foi vítima de violência sexual na infância.

Filme 2 –
“No limite do silêncio” (The unsaid/EUA, 2001)
Direção: Tom McLoughlin
Duração: 109 minutos

Sinopse:
Michael Hunter é um psiquiatra que fica arrasado quando seu filho adolescente, Kyle, se suicida. Esse fato provoca o fim de seu casamento, pois Penny, sua ex-mulher, o culpou pelo ocorrido. Na verdade, ele também se considera responsável pelo fato, pois o psiquiatra de seu filho (que era colega dele) molestava sexualmente o garoto.

Filme 3 –
“Zona de conflito” (The war zone/Inglaterra, 1999)

Direção: Tom McLoughlin

Duração: 109 minutos

Sinopse:
Uma família londrina saiu da capital para morar num isolado recanto do lúgubre litoral inglês. O lugar contribui para o estranhamento que o diretor pretende causar. Tudo sempre cinza e sombrio, sempre chovendo ou ventando, nas escarpadas e frias praias inglesas. Uma umidade que agride e incomoda. O filho do casal é introspectivo e é tratado como portador de necessidades especiais pela família, já que teve problemas congênitos. O rapaz desconfia muito da irmã e do pai, numa família que, aparentemente, era mais uma família comum e que procurou outro lugar para fugir das dificuldades econômicas. Nesse filme, a adolescente é abusada pelo pai durante anos.

Filme 4 –
“Fanny e Alexandre” (Fanny och Alexander/Suécia, 1982)

Direção: Ingmar Bergman

Duração: 178 minutos

Sinopse:
No início do século XX, após um alegre Natal na família Ekdahl, o pai de um casal de crianças vem a falecer. Tempos depois Emilie, a mãe, casa-se com um rígido religioso, e as crianças são obrigadas a deixar a casa da avó paterna, onde foram muito felizes, e passam a viver com a família do padrasto, de hábitos severos, onde são tratados como prisioneiros.

Filme 5 -
"Má educação" (Mala educacion/
Espanha, 2005)

Direção: Pedro Almodóvar

Duração: 105 minutos

Sinopse:

Dois meninos, Enrique e Ignacio, compartilham uma dramática experiência de pedofilia por um dos padres de colégio jesuíta. Separados um do outro por 16 anos, os dois jovens se reencontram num momento em que Enrique tornou-se um renomado diretor de cinema e Ignacio tenta vender-lhe uma história que escreveu.

Filme 6 -
"Anjos do Sol" (Brasil, 2006)

Direção: Rudi Lagemann

Duração: 96 minutos

Sinopse:

Uma garota de 12 anos é vendida pela família a um recrutador de prostitutas. Logo após ser vendida em um leilão de meninas virgens, Maria é enviada a um prostíbulo localizado perto de um garimpo, na floresta amazônica. Após meses sofrendo abusos e toda forma de violência, ela consegue fugir e passa a cruzar o Brasil em viagens de caminhão, tentando fugir das múltiplas violências de que fora vítima.

Filme 7 -
"Volver" (Volver/Espanha, 2006)

Direção: Pedro Almodóvar

Duração: 120 minutos

Sinopse:

Raimunda é uma jovem mãe, trabalhadora e atraente, que tem um marido desempregado e uma filha adolescente. Como a família enfrenta problemas financeiros, Raimunda acumula vários empregos. Certo dia encontra o marido morto na cozinha, com uma faca enterrada no peito. A filha de Raimunda confessa que matou o pai, que estava bêbado e

queria abusar-lhe sexualmente. A partir daí, Raimunda busca meios de salvar a filha e ocultar o crime. O filme retrata os conflitos familiares e as dificuldades enfrentadas pela personagem principal, por ter sido vítima de abuso sexual na infância.

II - Convivências familiares
Paternidade - maternidade: relações pais/mães e filhos/filhas

Filme 1 -
"As chaves de casa" (La chiavi di casa/Itália/França/Alemanha, 2004)

Direção: Gianni Amélio

Duração: 105 minutos

Sinopse:

Paolo tem 15 anos e teve lesão cerebral provocada pelo parto, que culminou com a morte de sua mãe. Criado pelos tios na Itália, Paolo precisa viajar anualmente até um hospital, em Berlim, para terapia de reabilitação. Seu pai, Gianni, aparece para acompanhá-lo pela primeira vez durante a viagem, numa tentativa de se aproximar do filho, por ordens médicas. O filme retrata a questão da paternidade de forma sutil e realista.

Filme 2 -
"Kramer versus Kramer" (Kramer vrs. Kramer/EUA, 1989)

Direção: Robert Benton

Duração: 101 minutos

Sinopse:

É uma história de relacionamentos contemporâneos, valores e escolhas. De volta para casa, certa noite, após o trabalho, um obcecado profissional, Ted Kramer, é surpreendido por sua mulher, Joanna, com a notícia de que precisa dar um tempo na relação conjugal. Ela vai embora nesta mesma noite e deixa o filho de seis anos aos cuidados do marido. Ted começa a enfrentar a realidade

**A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**
Fascículo 1

de conhecer e conviver com o filho. Depois de algum tempo, Joanna retorna e quer viver com o filho. O filme mostra os conflitos conjugais da separação e da guarda do filho. Além disso, expressa a construção de nova paternalidade e a construção de laços afetivos entre pai e filho.

Filme 3 -

"Os seus, os meus, os nossos" (Yours, Mine and Ours/EUA, 2005)

Direção: Raja Gosnell

Duração: 90 minutos

Sinopse:

Dois ex-namorados se reencontram 30 anos depois e decidem se casar. Só que ele tem 8 filhos e ela tem 10. Sem contar aos filhos de ambos, eles decidem se casar. Entretanto, as famílias de ambos não conseguem se entender, principalmente pelas diferenças de criação que cada família recebeu. Enquanto os Beardsley são disciplinados, para os North não existem regras. Tentando resolver os problemas, Frank e Helen criam um plano que fará com que todos tenham que trabalhar juntos. É uma comédia que expressa a convivência e a constituição de novo arranjo familiar.

III - Gênero e Sexualidade nas vivências familiares

Filme 1 -

"A encantadora de baleias" (Whale Rider/Nova Zelândia/Alemanha, 2003)

Direção: Niki Caro

Duração: 105 minutos

Sinopse:

O filme discute a sobrevivência cultural de uma comunidade maori mediante suas tradições destinadas aos meninos. Uma menina, porém, deseja participar desses rituais e é barrada por seu avô. O filme retrata as questões ligadas a sobrevivências

culturais e as relações de gênero. A tribo Maori, que vive no Leste da Nova Zelândia, acredita ser descendente de Paikea, o domador de baleias. A tradição da tribo Maori diz que o primeiro filho do chefe da tribo seria considerado descendente de Paikea e líder espiritual do povo. Porém, após a morte do atual líder, quem assume o posto é sua irmã, Pai, uma garota de apenas 11 anos. Apesar de ser corajosa e amada por todos, Pai precisa ainda enfrentar a resistência de seu avô, Koro, que insiste na manutenção da antiga tradição de que o chefe da tribo deve ser um homem.

Filme 2 -

"Diários de uma paixão" (The Notebook/EUA - 2004)

Direção: Nick Cassavetes

Duração: 121 minutos

Sinopse:

Noah Calhoun é um senhor de idade que visita periodicamente Allie Nelson em um asilo. Noah lê para Allie memórias escritas em um antigo diário, que narram a história de um casal separado pela 2ª Guerra Mundial e que apenas se reencontra 14 anos depois. Com a memória prejudicada, Allie ouve as histórias e acaba se recordando de um grande amor que viveu. O filme retrata as relações familiares e as vivências amorosas de um casal na idade madura.

Filme 3 -

"Desafio por amor - uma história real"

(Labor of love: the Arlette Schweitzer Story/EUA, 199[?])

Direção: Jerry London

Duração: 95 minutos

Sinopse:

Essa é a história real de Arlette, uma mãe decidida a cumprir a promessa que fez à sua filha. Aos 15

anos, Christa descobriu que jamais poderia ter filhos, pois nascera sem o útero. No entanto, sua mãe resolve gerar seus próprios netos mediante inseminação artificial. Observam-se os conflitos pessoais e sociais diante de novas técnicas de reprodução humana.

Filme 4 –

“Longe do paraíso” (Far From Heaven/ EUA/2002)

Direção: Todd Haynes

Duração: 107 minutos

Sinopse:

Uma mulher, dona de casa dos anos cinquenta, mãe de família bondosa e exemplar, entra em crise quando encontra o marido, Frank, beijando outro homem em seu escritório. Espantada com o que viu, Cathy aconselha o marido a procurar ajuda psiquiátrica. Frank se vê tendo de reprimir seus desejos, gerando nele um comportamento agressivo. Um dos aspectos a serem observados neste filme é a constituição familiar de uma época em que os papéis masculinos e femininos aparecem bem – definidos e delimitados socialmente, causando sofrimento e conflito nesta relação.

Filme 5 –

“Transamérica” (Transamerica /EUA, 2005)

Direção: Duncan Tucker

Duração: 103 minutos

Sinopse:

Uma transexual, prestes a fazer a cirurgia de mudança de sexo, descobre que tem um filho. O menino está preso e precisa de sua ajuda. Ela terá de dar um tempo em seus planos para aproximar-se deste filho. É um filme que retrata a construção da homoparentalidade e a constituição identitária das personagens.



Sites

Os sites abaixo estão divididos em duas temáticas. A primeira delas, que compreende as primeiras indicações, tem como objetivo o aprofundamento em artigos, resenhas e discussões acerca da temática de gênero, além da possibilidade da coleta de dados realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A segunda indicação refere-se à consulta em sites que veiculam outras configurações familiares, entre elas a homossexual [pessoas do mesmo sexo]. Sugere-se a consulta a estes sites para observar como se constituem estas famílias, suas vivências e suas reivindicações legais. O preconceito em relação a essas famílias é ainda forte em nossa sociedade. Uma das formas de reflexão sobre estes e tantos outros preconceitos, bem como as várias representações que circulam socialmente, é a do conhecimento e da possibilidade de se abrir para o novo. Estes sites, entre vários, possibilitam a visibilidade destes arranjos familiares.

1ª. Temática

1. www.ufpe.br/papai - O **Programa Papai** é uma organização civil sem fins lucrativos, sediada em Recife/PE. A instituição desenvolve atividades de intervenção social com homens de diferentes idades, além de realizar pesquisas na área da saúde, da sexualidade e da reprodução, com parceria da Universidade Federal e Estadual de Pernambuco.

2. www.ibge.gov.br – site do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE), em que é possível obter dados dos vários Censos

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1

Demográficos realizados no Brasil.

3. www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm
- **Código Civil Brasileiro** (Lei 10.406/2002) - sugere-se consultar o livro IV "Do direito de família".

4. www.geerge.com - site do **grupo de pesquisa com a temática da Educação, Sexualidade e Gênero**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

5. www.anped.org.br - site da **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação**: sugere-se a pesquisa nos Grupos de Trabalho: GT23 "Gênero, sexualidade e educação" e GT7: "Educação da Criança de 0 a 6 anos". Neste site também pode consultar artigos da **Revista Brasileira de Educação**.

6. www.unb.br/ih/his/gefem/labrys - revista eletrônica **LABRYS**

que veicula vários artigos sobre a temática de gênero e estudos feministas.

7. www.cfh.ufsc.br/~ref - revista **Estudos Feministas** que veicula artigos sobre gênero, sexualidade e estudos feministas.

8. www.unicamp.br/pagu - **Cadernos Pagu**, publicação semestral que divulga reflexões teórico-metodológicas, pesquisas, documentos e resenhas relacionadas com a temática do gênero.

2ª. Temática:

Sites que veiculam depoimentos de pessoas que constituem novas configurações familiares, especialmente as homossexuais:

1. www.casaisgays.com.br
2. http://geocities.yahoo.com.br/paginadonossoamor/familias_alternativas.html
3. www.somos.org.br



Sugestões de atividades

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1

60



QUINO. *A família da Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

1. Observe a tirinha da “Mafalda” e analise as relações familiares contemporâneas pela perspectiva da criança. Faça pesquisa com elas, visando entender o que consideram ser as relações familiares, como analisam as funções dos membros na família, quais as funções desempenhadas por mulheres e homens, quais as configurações familiares e as vivências familiares sob a ótica delas.

2. Informe-se sobre o Conselho Tutelar de sua cidade. Promova um contato com os/as conselheiros/as, visando obter informações de como essa instituição atua na defesa dos direitos de crianças e adolescentes em seu município.

3. Procure se informar sobre os aspectos legais e de garantia de direito, especialmente para as crianças, bem como sobre dados acerca da situação da infância brasileira e de casos de violência contra a criança, nas seguintes indicações abaixo:

3.1 Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (www.planalto.gov.br);

3.2 Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que publicou a pesquisa sobre a situação da infância brasileira [Consultar no site: www.unicef.org.br];

3.3 ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência [contém dados de pesquisa de notificação de denúncias sobre violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes - consultar o site: www.observatoriodainfancia.com.br];

3.4 CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança – [consultar o site: www.presidencia.gov.br/sedh];

3.5 Programa ESCOLA DE CONSELHOS/UFMS – Neste site, além de obter informações sobre as ações desenvolvidas na UFMS, no que diz respeito a proteção aos direitos da criança e do/a adolescente, é possível fazer links com outros sites de instituições que atuam nos direitos da criança e adolescente. [www.escoladeconselhos.ufms.br]

3.6 “Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” - A Secretaria Especial dos Direitos Humanos publicou este guia com o intuito de informar e orientar educadoras e educadores sobre violências contra crianças e adolescentes, dentre elas o abuso sexual. A intenção do documento é propiciar informações sobre o contexto legal que protege os direitos de crianças e adolescentes e, para isso, oferece instrumentos conceituais e operacionais para que se tomem as medidas necessárias com vista à proteção dessa clientela. Um dos aspectos primordiais do texto é o que se refere aos indicativos que propiciam à professora ou ao professor identificar sinais de violência doméstica e de abuso sexual em crianças e adolescentes. [A reprodução do documento pode ser realizada pela home page: www.presidencia.gov.br/sedh].

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Angela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In ALMEIDA, Angela Mendes de (org.). Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade. RJ: Espaço e tempo/UFRJ, 1987.

ARAÚJO, Maria de Fátima; MARTINS, Edna Júlia S.; SANTOS, Ana Lúcia. Violência de gênero e violência contra a mulher. In ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Cecilliano (orgs.). Gênero e violência. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2002.

BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade. A redefinição das relações de gênero na França contemporânea. Cadernos Pagu, (20), 2003.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos Pagu (21), 2003. Retirado do site: www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf em janeiro/2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, MEC/SEF, 1998. [Documento introdutório].

IPPOLITO, Rita (coord). Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: MEC/SEDH, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC, 1995.

Código Civil Brasileiro [Lei 10.406 de 10/01/02 – Livro IV – “Do direito de família”] [Retirado do site: http://www.justica.gov.br/sal/codigo_civil/indice.htm em 16/01/06].

DIAS, Maria Luiza. Divórcio e família: a emergência da terapia familiar no Brasil. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. [Tese de doutorado]

FONSECA, Cláudia. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2002.

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. Florianópolis, SC: Revista Estudos Feministas, 12 (2), 2006. [Retirado do site: www.scielo.br em 02/02/06].

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In DREYFUS, H. L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault. RJ: Forense Universitária, 1995.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. Cadernos Pagu (21), 2003. Retirado do site: www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a11.pdf em janeiro/2007.

Houaiss – Dicionário eletrônico da língua portuguesa 1.0.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000 [Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil; Famílias e Domicílios; Estatísticas do Registro Civil] [Retirado do site: www.ibge.gov.br em 11/01/06].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD]. Sínteses de Indicadores, 2003. [Retirado do site: www.ibge.gov.br em janeiro/06].

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.

LYRA, Jorge; LEÃO, Luciana Souza; et al. Homens e cuidado: uma outra família? In ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.

MACHADO, Danusa de Almeida; ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência de gênero: quando o homem é a vítima. In ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Cecilliano (orgs.). Gênero e violência. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. “Uma família de mulheres”: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. Estudos Feministas, 14(2), 2006. Retirado do site: www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a13v14n2.pdf em janeiro/2007.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (orgs.). Homens e masculinidades: outras palavras. 2 ed. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 2001.

ROMANELLI, Geraldo. Paternidade em famílias de camadas médias. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2004. [Retirado do site: www2.uerj.br/~revispsi/v3n2/artigos/artigo5V2N2.htm em 02/02/06].

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência contra a mulher e violência doméstica. In BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2002.

A CRIANÇA, A FAMÍLIA
E A INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL
Fascículo 1

SANTOS, Kátia Bárbara. Sexo dos anjos: mulheres “negras” de classes populares em relação de conjugalidade. Anais do Fazendo Gênero, 2006. Retirado do site: www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/k/Katia_Barbara_Santos_20.pdf em jan./2007.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, n. 91, nov. 1994.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade, v. 20, (2), jul./dez., 1995.

SCOTT, R. Parry. Famílias sem casais e a diversidade conjugal no Brasil. RJ: UERJ, Interseções [Revista de Estudos Interdisciplinares], (2), ano 3, jul./dez. 2001.

TORRES, Anália. Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos. Análise Social. Lisboa, volume XXXVII, (163), 2002.

UZIEL, Anna Paula. “Tal pai, tal filho” em tempos de pluriparentalidade. Expressão fora do lugar? XXIV ANPOCS, 2000. [GT Família e Sociedade].

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VITALE, Maria Amália Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.